

DI	ACE	75677/91
	CNF	1



ACESSO INICIAL							
B . d . c							

DOCUMENTOS COMPONENTES		
N.º ORD.	TIPO/NÚMERO/ÓRGÃO/ANO	NRE/HRS/ANO
01	W (ST-4 / 00 432 / 442 / BLC / 91	— 11 —
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		

OBSERVAÇÕES E INSTRUÇÕES ADICIONAIS

ESTE ACE FOI RENUMERADO DE ACORDO COM O MI-
CRFILMAGEM PASSANDO A CONTER 36 (TRIN-
TA E SEIS) FOLHAS. SVREX.

OS NOMES DAS ENTIDADES FORAM RELACIONADOS NA SUA
FORMA MAIS COMPLETA E OU CORRETA. ZSDOC/DIN.

CONFIDENCIAL

1/1 02

IMPLANTAÇÃO DE RELATÓRIOS.

Encaminha-se, para efeito de implantação em Banco de Dados, os Relatórios Periódicos Mensais (RPM) do Centro de Informações do Exército (CIE).

...

Z3: 112/B1C.

ANEXO: RPM N^{os} 11/90 - 01, 03, 04, 06 e 07/91.

W/ST4/00132/112/B1C/281091

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

03

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO
(CIE)

D. Duarte
Oha pg 3 e
falando 3



RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL

RPM

Nº 11/90

Mês: NOVEMBRO

EXEMPLAR: 440

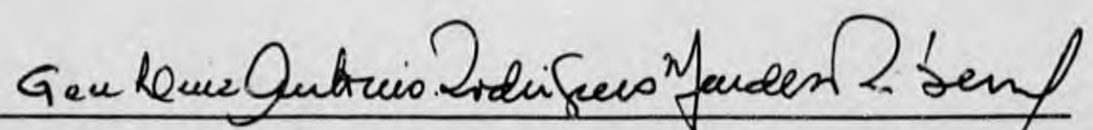
CONFIDENCIAL

04
CONFIDENCIAL

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL

O Relatório Periódico Mensal (RPM) objetiva apresentar aos Chefes, Diretores e Comandantes uma síntese dos principais acontecimentos, permitindo àqueles que detêm a responsabilidade de decisão um melhor acompanhamento dos fatos, nos diferentes campos do poder, facilitando a ação de comando e a tarefa de orientar os seus subordinados.

Apesar da classificação sigilosa atribuída ao documento (CONFIDENCIAL), é possível a utilização de trechos das matérias apresentadas, visando a atingir os objetivos acima descritos, desde que seja preservado o sigilo da fonte.


Gen Bda LUIZ ANTONIO RODRIGUES MENDES RIBEIRO
Chefe do Centro de Informações do Exército

CONFIDENCIAL

RPM nº 11-12/90 — FI 01/08

CONFIDENCIAL

Gen. Mendes

**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
C I E**

**BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL
Em 20 de dezembro de 1990**

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL Nº 11-12/90

EDITORIAL - 03/08

- Movimento dos Sem-Terra e Sem-Teto

CAMPO MILITAR - 04/08

- Furto, Roubo ou Extravio de Armamento Militar

CAMPO POLÍTICO - 04/08

- MR-8: Recordando as Origens

- Para Onde Vai a OQI?

CAMPO PSICOSSOCIAL - 06/08

- A Condução do Movimento Sindical (MS)

- Narcotráfico: A Grande Ameaça

- O Movimento Operário e Sindical e as Eleições de 90

CONFIDENCIAL

EDITORIAL



Manoel Boni: Militante trotskista

Movimento dos Sem-Terra e Sem-Teto

O Brasil assiste, com preocupação, à crescente onda de invasões coordenadas, a nível nacional, por militantes de organizações radicais de esquerda que dirigem o Movimento dos Sem-Terra e Movimento dos Sem-Teto.

A radicalização político-ideológica, principal tempero das ações desses movimentos, sob orientação tática de indivíduos possuidores de cursos de especialização em Cuba, Nicarágua, China, Angola e Moscou vem causando inúmeras vítimas, fruto de confrontos provocados propositalmente e que vêm-se tornando verdadeiras escaramuças, onde são empregadas condutas típicas de guerrilha.

No período de 65 a 71, as organizações comunistas, então existentes, recrutavam no Movimento Estudantil, particularmente entre jovens universitários, a massa humana necessária para atuar nas ações de terrorismo, assaltos, seqüestros e no trabalho de massa que, na época, era bastante incipiente.

Hoje, vinte anos depois, a subversão vem trabalhando em novos alvos para a conquista ideológica, envolvendo segmentos extremamente carentes, de nível cultural muito baixo e suscetíveis ao fanatismo, uma vez conquistados. São, via de regra, pessoas pu-

ras, ingênuas.

Manoel Boni, militante da organização trotskista denominada Tendência por um Partido Operário Revolucionário (T-POR) e um dos principais líderes do último conflito envolvendo invasão de terra em Diadema/SP, declarou a uma jornalista que, no seu entender, somente existem duas instituições que merecem respeito: a IV Internacional e o Cristianismo. E não é por acaso que a ideologia e a religião foram citadas como elementos básicos pelo referido militante. Hoje, são parte da estratégia marxista utilizada na organização dos movimentos revolucionários modernos. Sua esposa, Helita Rodrigues Costa, também militante da T-POR, foi mais direta e contundente em suas colocações: "Somos partidários da ação direta, da destruição da burguesia através das armas", caracterizando o objetivo dessas organizações radicais.

Os Movimentos dos Sem-Terra e dos Sem-Teto devem continuar merecendo especial atenção e acompanhamento pelo SIE, tendo em vista sua elevada capacidade em promover conflitos e por envolver significativa parcela da população carente, presa fácil da manipulação por grupos radicais de esquerda e da Igreja Progressista.

CAMPO MILITAR

Furto, Roubo ou Extravio de Armamento

No corrente ano, em uma de nossas Unidades, ao ser constatado o desaparecimento de uma pistola 9mm, seu Comandante determinou, imediatamente, o início das averiguações oficiais, a fim de recuperar o referido armamento.

Na apuração do fato, a arma foi encontrada em poder de um elemento civil que prestava serviços de pintura e de recuperação dos telha-

dos na Unidade.

As Diretrizes para Proteção contra Ações Adversas, Portaria Ministerial nº 053 - Confidencial, de 10 de novembro de 1989, estabelecem que:

"Deverá ser enfatizada a necessidade de se exercer rigoroso controle sobre o acesso ao interior das Organizações Militares por pessoas ou viaturas, em grupos ou isoladas,

bem como sua circulação e trânsito no interior das mesmas. Deve-se atentar, em especial, para as viaturas de entrega de gêneros, prestadoras de serviços e de visitantes".

A observação desta e de outras recomendações afins, contribui para reduzir a possibilidade de furto, roubo ou extravio de armamento e de outros materiais.

CAMPO POLÍTICO

MR-8 : Recordando as Origens

"... em 1964 estávamos num período de resistência contra a ditadura. Depois, em cinco anos, passamos da resistência para a ofensiva geral. Assim, se você decide a tática correta, o acúmulo de forças é muito rápido... no caso agora eu acho que nós vamos passar da resistência para a ofensiva num período muito mais curto que esse..." (Cláudio Cardoso Campos, Secretário-Geral do CC-MR/8, em 29 Jul 90, durante a reunião do CC-MR/8 em Belo Horizonte/MG).

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), uma das principais organizações marxistas-leninistas atuantes no cenário brasileiro, pretende registrar-se como partido político em 1991.

Até agora enquistado no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em cuja legenda alguns militantes já exercem mandatos parlamentares, a OS sente-se suficientemente forte para alçar vôo mais alto.

O "Oito", como é chamado por seus militantes, é dono de uma boa estrutura partidária e está organizado em quase todo o território nacional.

Sua situação financeira é favorável, ao contrário das demais organizações de esquerda, graças principalmente ao desvio de verbas proporcionado pelos membros infiltrados em órgãos governamentais, canalizando recursos para seus "empreendimentos", tais como o jornal



Hora do Povo, construtoras e empresas diversas.

A organização, contudo, traz em sua história um rastro de sangue, provocado por assassinatos, roubos, assaltos, seqüestros e ações terroristas diversas.

O seu surgimento ocorreu nos anos sessenta, quando uma dissidência do PCB em Niterói/RJ (DI/Nit) criou o Movimento Revolucionário de Libertação Nacional (MORELN), profundamente impregnado pelas concepções revolu-

cionárias de "Che" Guevara.

A influência do guerrilheiro morto nas selvas bolivianas em 08 de outubro de 1967, levou o MORELN a mudar seu nome para Movimento Revolucionário Oito de Outubro, como uma homenagem póstuma àquele guerrilheiro.

Já como MR-8, essa organização tentou implantar um foco de guerrilha no eixo Curitiba-Cascavel em 1968, oportunidade em que foi praticamente desbaratada.

Na mesma época e no Rio de Janeiro/RJ, ocorreu uma outra defecção no PCB, sendo criada a Dissidência da Guanabara (DI/GB) que nada tinha a ver com o MR-8.

No final de 1969, a DI/GB realizou, em uma "frente" com a Ação Libertadora Nacional (ALN), o seqüestro do Embaixador americano Charles Burke Elbrick, e, com o propósito de confundir os Órgãos de Segurança, valeu-se nos seus comunicados da sigla MR-8 por ser uma OS que, àquela altura, era considerada definitivamente desarticulada. A partir de então, a DI/GB passou a ser conhecida como MR-8 — um segundo MR-8, que existe até hoje.

A presente sinopse histórica recorda as origens do "Oito" que, dentro em breve, poderá estar ocupando as manchetes dos jornais e as tribunas das Casas Legislativas de todo o País, como mais um partido político de concepção marxista-leninista.

Para Onde Vai a OQI?

A imprensa divulgou notícia informando que a Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (EN/PT), reunida em 02 Dez 90, decidiu pela "morte" da Tendência Causa Operária. Ainda, segundo os jornais, a decisão teria sido provocada pela intransigência dos militantes da tendência às determinações do partido.

Tendência Causa Operária é a denominação utilizada pela Organização Quarta Internacional (OOI) em sua atuação no seio do PT. Trata-se de uma organização trotskista, seguidora do pensamento ideológico de Jorge Altamira, fundador do Partido Obrero (PO) da Argentina e cuja principal característica tem sido o sectarismo. A OQI, em diversas ocasiões, contestou e deixou de cumprir decisões da Direção do PT. O caso mais conhecido ocorreu quando da escolha do Senador José Paulo Bisol como candidato à Vice-Presidência da República, pelo partido, na última eleição presidencial. Naquela ocasião, a OQI tornou pública a sua discor-

dância da resolução partidária e fez toda a campanha eleitoral omitindo o nome de Bisol, com evidentes prejuízos para os petistas.

No primeiro semestre do ano em curso, o PT iniciou, na prática, a regulamentação de suas tendências internas, aprovada em seu V Encontro Nacional realizado em 1987, cujo objetivo principal foi evitar prejuízos eleitorais advindos das divergências entre as várias organizações que o integram. No dia 14 de julho do corrente, o Diretório Nacional da Entidade decidiu por "não reconhecer a Causa Operária como tendência interna do partido" — impedindo o uso da legenda petista pelos militantes da OQI nas eleições de 03 Out 90 —, mas deixou em aberto a possibilidade de rever essa decisão, caso a direção da tendência acatasse a referida regulamentação.

A decisão da Executiva Nacional não diminuiu o sectarismo da OQI. Através de seu Jornal Causa Operária, a organização contestou a direção petista, taxando-a de arbitrária e absurda. No mesmo períodi-

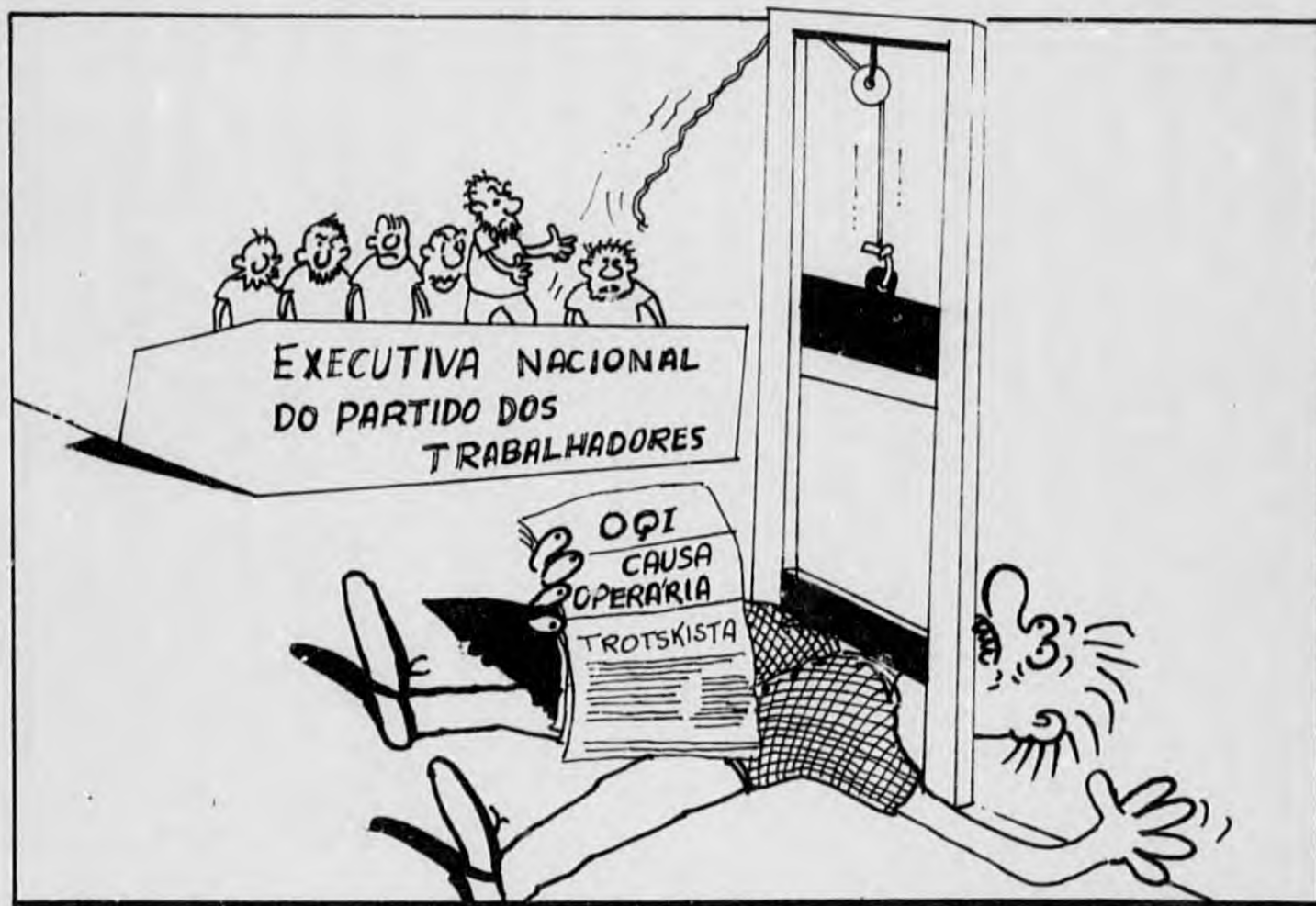
co, continuaram sendo comuns os excessos, como o de qualificar o Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de "canalha".

Caso se confirme a veracidade da notícia divulgada pela imprensa, o PT terá concluído que não há o que rever na decisão tomada em julho, uma vez que a OQI mantém sua posição sectária.

Todavia, isso não significa que o País esteja livre do radicalismo dos trotskistas da OQI. A decisão da direção petista impede que a OS atue como tendência organizada do partido, mas não que os seus militantes continuem filiados a ele.

A OQI poderá vir a vincular-se a outra sigla partidária ou mesmo prosseguir, isoladamente, em seu trabalho ideológico.

Numa época em que os comunistas de quase todo o mundo se vêem na contingência de rever suas posições políticas, em função do fracasso das experiências no leste europeu, entidades como a OQI prosseguem defendendo, no Brasil, um radicalismo ultrapassado.



CAMPO PSICOSSOCIAL

A Condução do Movimento Sindical (MS)



Francisco Canindé Pegado: Presidente da CGT

Os sindicatos, quando surgiram, eram simples agremiações de operários que tinham a mesma afinidade de trabalho e objetivavam apenas reivindicações econômicas.

Encontramos os fundamentos do sindicato no cooperativismo, sistema tão antigo quanto todas as instituições econômicas. O conceito de sindicato, como sendo a *"associação dos indivíduos de uma classe para defesa dos seus interesses econômicos e profissionais"*, surgiu em consequência do capitalismo, que teve como causa o progresso industrial. Antes desse período, as reivindicações operárias não encontravam ressonância, pois não havia suporte legal e nem potencialidade econômica a ser abalada, que as garantisse.

Nos dias atuais, a estrutura sindical brasileira conta com aproximadamente 9 mil entidades representativas, distribuídas nas categorias econômicas e profissionais que constituem a base de sustentação do MS, representando cerca de 30 milhões de trabalhadores.

O Movimento Sindical é condu-

zido e liderado, principalmente, pelas intersindicais — Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

A CUT, braço sindical do PT, com representação em todas as Unidades da Federação, com cerca de 1400 sindicatos filiados em todo o País, está infiltrada pelas Organizações Ideológicas (OI) do PT que adotam uma conduta revolucionária de confronto declarado ao Governo. É dirigida por líderes radicais que, em qualquer situação, defendem e iniciam os movimentos reivindicatórios, utilizando-se da greve como principal instrumento, visando a desestabilizar o Governo constituído.

Sobre outros participantes da Central evidencia-se que:

— Em Mar 90, a Corrente Sindical Classista do PC do B, com 700 entidades filiadas, passou a integrar a CUT, vindo a fortalecê-la, notadamente no movimento rural.

— O PCB realizou, em Out 90, uma plenária nacional de seus sindicalistas e exarou uma resolução apoiando a CUT e liberando seus sindicatos para a filiação cutista.

A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) juntamente com a Central Sindical de mesmo nome estão, atualmente, em processo de reunificação, sob a égide do "sindicalismo de resultados" e a liderança de Luiz Antônio de Medeiros Neto, na Força Sindical — uma nova Central a ser consolidada em 1991.

As duas entidades, até o mês de setembro de 1989, atuavam sob uma única sigla — Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Após um congresso realizado em Belo Horizonte/MG, Joaquim dos Santos Andrade liderou uma corrente de sindicalistas dissidentes e provocou um racha que deu origem às

centrais que, agora, estão optando pela reunificação. Tal possibilidade, se concretizada, viria a fortalecer a capacidade de mobilização desse segmento representativo da classe laboral.

Vale a pena lembrar que a **Força Sindical**, apesar de ter o apoio de parte dos sindicalistas do PCB, segundo Medeiros, deverá posicionar-se contra o sindicalismo cutista.

Assim, pode-se vislumbrar a permanência, no MS, de uma polarização da disputa do mando, centrada em correntes que divergem quanto à forma de atuação no contexto trabalhista.

A primeira, representada pela CUT e filiados, mais agressiva e radical, optando pelo cunho político-ideológico como pano de fundo às reivindicações trabalhistas, e a outra definindo-se pelo diálogo nas relações capital-trabalho, seguindo os conceitos do "sindicalismo de resultado".



Jair Meneggheli: Liderança na CUT

Narcotráfico: A Grande Ameaça

O narcotráfico é, insofismavelmente, um dos maiores flagelos que agridem as modernas sociedades desenvolvidas e os países em desenvolvimento. Uma de suas consequências é o **narcoterrorismo**.

O termo **narcoterrorismo** rotula o enlace entre as atividades dos traficantes de drogas e as ações terroristas desencadeadas por motivação ideológica ou, simplesmente, em represália à ação repressiva legal do Estado contra os poderosos cartéis produtores de drogas.

O cenário principal do **narcoterrorismo**, na América Latina, tem sido a região andina, onde a Colômbia, o Peru e a Bolívia são os países mais afetados.

Na Colômbia, paralelamente à ação de diversos Movimentos Revolucionários que há décadas tentam tomar o poder pela luta armada, atuam inúmeros bandos pagos pelos cartéis do tráfico de drogas de Cali e de Medellín, contribuindo para tornar aquele país um dos mais violentos do mundo.

Os poderosos chefões voltam-se para a destruição de todas as forças que se oponham aos seus objetivos. Seus principais alvos têm sido os políticos, os magistrados, os jornalistas e os órgãos de imprensa. Inicialmente seletivas, suas ações terroristas passaram a ser indiscriminadas, visando a generalizar o pânico e, assim, alcançar amplos segmentos da sociedade local, induzindo-os à indiferença e, até mesmo, a exercerem pressão contrária à política governamental de repressão ao narcotráfico.

No Peru, país responsável por cerca de 60% da produção mundial de folhas de coca, a cultura desencolheu-se intensamente na região do vale do "Alto Huallaga", representando a principal fonte de recursos para os dois mais expressivos Movimentos Revolucionários Comunistas, que buscam alcançar o poder pela violência: o Partido Comunista do Peru-Sendero Luminoso e o Movimento Revolucionário Tupac Amaru.

Há anos, os terroristas peruanos vêm proporcionando proteção aos traficantes que compram a pasta básica de coca naquele país. Ultimamente, passaram eles próprios a comercializar a droga, cuja produção incentivam.

Dessa maneira, os Movimentos Revolucionários vêm conseguindo, na região "cocalera", estabelecer uma efetiva ligação com as massas, atenuando a necessidade da violência e da intimidação, métodos que empregam em outras regiões do país para cooptar adeptos às suas causas.

A Bolívia, segundo maior produtor de coca do mundo, há anos vem sofrendo pressão dos Estados Unidos da América (EUA) no sentido de erradicar as plantações que empregam parte do povo indígena daquele país. Todavia, tal procedimento não tem obtido o sucesso desejado. Para o governo, daquele país, a simples erradicação das plantações não solucionará a questão; é necessário combater, simultaneamente, a produção e o consumo.

Os EUA e a Europa Ocidental são os maiores consumidores da cocaína produzida nos países andinos. Em consequência, os norte-americanos, por considerarem que o narcotráfico é um problema que afeta a sua segurança nacional, desencadearam uma estratégia de repressão que prevê a erradicação das plantações de coca e o controle das rotas de escoamento para os mercados consumidores, inclusive com o emprego de meios militares. O combate ao consumo, até o presente, não tem recebido a mesma ênfase.

O quadro apresentado, permite visualizar os riscos que rondam nosso País, até mesmo fruto da intensificação do combate a essa atividade em países vizinhos.

Entre outros, cabe destacar:

— o incremento da utilização do Brasil como rota alternativa de escoamento de drogas, visando a alcançar os mercados consumidores europeu e norte-americano;

— o aumento do consumo interno, acarretando danos irrepara-

veis à nossa sociedade e à nossa economia;

— o aumento da violência interna pela disputa, por traficantes nacionais, de pontos de venda de drogas;

— a instalação, no território brasileiro, de grandes laboratórios de refino de cocaína, pelo atrativo que tal atividade apresenta, beneficiando-se da produção dos insumos necessários pelo parque industrial brasileiro;

— a possibilidade de determinadas Organizações Subversivas (OS) ligarem-se ao narcotráfico como forma de assegurar recursos e outros meios para atividades com fins ideológicos; e

— a pressão para que o País acolha as estratégias de repressão ao narcotráfico postas em prática por potências estrangeiras;

— o emprego das Forças Armadas no combate ao narcotráfico.

As assertivas acima relacionadas podem ser evidenciadas, em parte, pela atuação da Polícia Federal no desmantelamento de algumas redes de traficantes, mostrando que o território brasileiro já vem sendo utilizado para refino e como rota alternativa para o tráfico internacional de drogas.

O narcotráfico constitui-se, por conseguinte, em séria ameaça potencial ao Brasil, tendo em vista que as possibilidades aventadas, se concretizadas, agravam os problemas sociais já existentes com reflexos para a segurança pública e até mesmo para a segurança interna.

Diante desse quadro, cresce de importância o trabalho desenvolvido pela Polícia Federal a quem, *por destinação constitucional, está afeto o problema*, assim como a conscientização de toda a sociedade brasileira para os males decorrentes do tráfico e do uso de drogas.

O SIE tem condições de cooperar com a Polícia Federal, através dos C Mil A, repassando-lhe quaisquer dados de seu conhecimento, relativos ao assunto.

O Movimento Operário e Sindical e as Eleições de 90

O Movimento Operário e Sindical (MO/MS) constitui-se, hoje, num segmento da sociedade brasileira com representatividade no Congresso Nacional, fortalecendo, com isso, a defesa dos interesses classistas por intermédio do Poder Legislativo.

A eleição de sindicalistas para o Parlamento é um dos aspectos do vínculo entre o sindicalismo e a política. Essa interação sindicatopartido pode ser identificada no trabalho desenvolvido por diversas agremiações, particularmente pelo Partido dos Trabalhadores (PT) junto à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que é encarregada, em última instância, de alcançar o apoio trabalhista às plataformas petistas.

A função da CUT engloba, também, o estímulo aos trabalhado-

res para o engajamento político-partidário, convencendo-os da necessidade das mudanças sociais apregoadas pelo PT. A organização e a politização da classe trabalhadora ocorre ao mesmo tempo em que a Central busca viabilizar os interesses imediatos da massa.

O acirramento dos anseios laborais, estimulado pela CUT, favoreceu ao PT, ao propiciar o surgimento de lideranças emergentes capazes de suprir seus quadros, nos diversos foros do Legislativo.

O PT conta, hoje, com vinte e três sindicalistas eleitos para o cargo de Deputado Federal, em um universo de trinta e quatro membros de sua bancada, o que contribui para que o partido dobre a representação, na Câmara, dos que, de acordo com o seu entendimento, defendem os interesses da classe trabalhadora.

Por outro lado, a par do fortalecimento evidenciado pelo aumento de efetivo no Congresso, por certo, os diversos redutos sindicais ficarão privados da liderança dos eleitos, enfrentando as dificuldades atinentes à substituição dos mesmos.

Assim, é justificada a previsão de que a nova bancada parlamentar, particularmente entre os mais ligados ao Movimento Sindical, exercerá influência em favor de projetos ditos como de interesse do trabalhador.

Nos trabalhos do Congresso, e principalmente na revisão constitucional de 1993, torna-se previsível a atuação em bloco dos representantes corporativistas que, apesar da maioria parlamentar conservadora, tenderão a defender interesses de grupos em detrimento da sociedade como um todo.



CONFIDENCIAL

08

SU-2
01
2.
SEI

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO
(CIE)



RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL

RPM

Nº 01/91

Mês: JANEIRO

EXEMPLAR: 440

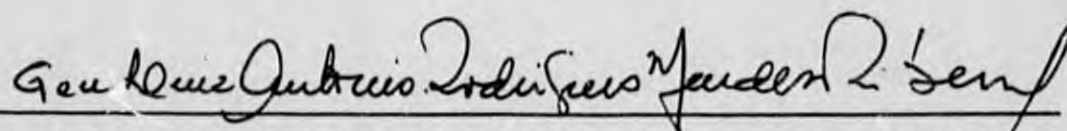
CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL

O Relatório Periódico Mensal (RPM) objetiva apresentar aos Chefes, Diretores e Comandantes uma síntese dos principais acontecimentos, permitindo àqueles que detêm a responsabilidade de decisão um melhor acompanhamento dos fatos, nos diferentes campos do poder, facilitando a ação de comando e a tarefa de orientar os seus subordinados.

Apesar da classificação sigilosa atribuída ao documento (CONFIDENCIAL), é possível a utilização de trechos das matérias apresentadas, visando a atingir os objetivos acima descritos, desde que seja preservado o sigilo da fonte.



Gen Bda LUIZ ANTONIO RODRIGUES MENDES RIBEIRO
Chefe do Centro de Informações do Exército

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Gen. n.º 1/1991

**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
C I E**

**BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL
Em 15 de Fevereiro de 1991**

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL Nº 01/91

ÍNDICE

EDITORIAL - 03/08

- Revanchismo ou Estratégia?

CAMPO MILITAR - 04/08

- O Conscrito : Nosso Futuro Cidadão!

CAMPO POLÍTICO - 04/08

- A Crise Existencial do PCB

- O Fracasso do Marxismo-Leninismo: Repercussões na América Latina e no Brasil

CAMPO PSICOSSOCIAL - 06/08

- Falso Catecismo

- Campanha da Fraternidade/1991

COLETÂNEA - 08/07

- Bispo diz que campanha da CNBB instiga luta de classes
Invasões e saques marcados

CONFIDENCIAL

EDITORIAL

REVANCHISMO OU ESTRATÉGIA?

De há muito vem ocorrendo, de forma insidiosa e continuada, com a utilização dos meios de comunicação social, nacionais e até mesmo estrangeiros, a exploração malévola e mentirosa de situações e fatos, com o propósito flagrante de tentar denegrir a imagem das Forças Armadas.

Esta campanha, nascida com os primeiros passos da abertura política, cresceu com a Anistia, aumentou de intensidade com a publicação do Livro "Tortura Nunca Mais" — baseado em depoimentos de envolvidos na subversão, que usavam a mentira como estratégia de defesa —, culminando com a recente exploração do episódio de Perus, marcadamente ofensivo às Forças Armadas.

Cabe ressaltar que tal campanha não se restringe aos confrontos armados e aos episódios vividos nesse passado recente; vai muito mais além. Busca também, pela crítica acerba, atribuir conotações militaristas a projetos de indiscutível alcance nacional, tais como: o Programa Autônomo de Pesquisa Nuclear, cujas conquistas tecnológicas, de valor estratégico para o desenvolvimento do País, estão plenamente reconhecidas por recente CPI do Congresso Nacional; e o Projeto Calha Norte, de humanização e integração à Nação dos espaços vazios da Região Amazônica.

A anistia de 1979, imprescindível à normalização democrática do País, estimulando a concórdia e o entendimento, permitiu, entretanto, ocorresse, concomitantemente, uma intensificação desse processo. Paradoxalmente, foi esse convite ao esquecimento que, se por um lado permitiu a reintegração à sociedade de inúmeros ex-subversivos, por outro, desencadeou uma inconveniente e descabida exacerbação de ânimos por parte de alguns inconformados e despreparados para o salutar convívio democrático, conduzindo à prática de atos revanchistas.

Sem dúvida, as origens desse conjunto de ações malévolas e mentirosas, bem como da maioria de seus mentores, estão na Revolução de Março de 1964, que impôs mais uma derrota ao radicalismo retrógrado, em

nova tentativa de tomada do poder. Esse movimento cívico-militar reafirmou a vocação democrática de nosso povo e a acertada e decisiva posição do Exército e das Forças Armadas como permanentes sustentáculos das pretensões da gente brasileira. Assim foi em 1935, assim foi em 1964 e durante todo o período revolucionário. Torna-se factível supor ser esta campanha decorrente pois, da frustração por mais este fracasso, muito embora nos deixe sérias dúvidas quanto a seus objetivos: — Revanchismo? Estratégia?

Seria revanchismo esta tentativa de reescrever parte da história contemporânea do País, distorcendo fatos, transformando terroristas do passado em mártires e os defensores da lei e da ordem em facínoras? Denegrir por vingança?

Buscar apagar da memória nacional inúmeros episódios violentos perpetrados por subversivos, dos quais resultaram tantas vítimas inocentes, constituiria, apenas, mero artifício para sepultar um passado de sombras, aliviando-lhes a consciência do pesado fardo do terror praticado? Remorso?

Ou tratar-se-ia de uma manobra solerte, inserida em um contexto mais amplo, de periculosidade latente, objetivando com a difamação, estimular uma peculiar versão da luta de classes, tentando construir um fosso de separação entre civis e militares, segmentos distintos em sua destinação específica, mas integrantes, ambos, de uma única sociedade, iguais no sentido maior de brasilidade e de amor à Pátria? Estratégia divisionista?

Qualquer que seja o objetivo espúrio — revanchismo ou estratégia —, evidencia-se a certeza de que um e outro tendem a fracassar por estarem erigidos sobre a calúnia, a mistificação e a mentira, por colidirem com a férrea coesão das Forças Armadas — galvanizada na crença de seus valores morais e em suas tradições e, sobretudo, pela interação efetiva dessas Instituições com a sociedade brasileira que, consciente de sua participação secular e democrática, saberá repudiar, uma vez mais, os arautos do caos e da desordem.

CAMPO MILITAR

O Conscrito: Nosso
Futuro Cidadão!

Veementemente difundido pelas entidades ligadas à esquerda radical, há alguns anos surgia uma nova forma de proselitismo ideológico: o *Trabalho de Massa (TM)* — “conjunto de atividades desenvolvidas pelas Organizações Subversivas (OS), junto aos diversos segmentos da população, utilizando-se de técnicas de agitação e propaganda, procurando explorar contradições, antagonismos e insatisfações, reais ou artificialmente provocadas, visando às condições ideais para imprimir mudanças profundas nas estruturas sociais e político-econômicas existentes.

Os alvos desse “trabalho” são todos aqueles grupos sociais passíveis, pelos mais variados motivos, de serem atingidos, tais como: o negro, o jovem, a mulher, o trabalha-

dor, etc. Simultaneamente, as Forças Armadas, também, têm sido objeto de um intenso trabalho desenvolvido pelas esquerdas, que utilizam de forma acentuada as facilidades proporcionadas pelos meios de comunicação social.

Diante de mais uma Incorporação, quando os quartéis acabam de receber jovens oriundos de todas as camadas sociais, é importante considerar a possibilidade de que muitos deles possam ter sido submetidos à impregnação de doutrinas espúrias inoculadas, em maior ou menor dose, no seio de suas comunidades de origem, associações de bairros, grupos religiosos e, até mesmo, bancos escolares.

Evidencia-se, portanto, neste cenário, a importância da atuação dos nossos Quadros — através da

Instrução Militar, com ênfase para os atributos da área afetiva —, objetivando, além do aprendizado das Armas, criar, nos jovens conscritos, mecanismos de defesa para torná-los menos vulneráveis à pregação do proselitismo adverso.

Sem dúvida, é importante ressaltar que a ação desenvolvida pelos Quadros não se reflete apenas na preparação do combatente. Ela é mais profunda. Ao mesmo tempo em que se preocupa com a formação de uma reserva forte e comparável com os destinos do País, procura, também, moldar um sólido embasamento do caráter e da personalidade do futuro cidadão — o conscrito de hoje — preparando-o para o seu retorno à vida civil.

CAMPO POLÍTICO

A Crise Existencial do PCB

Os pronunciamentos de dirigentes e militantes do PCB, sobre as mudanças a serem propostas por ocasião do IX Congresso Nacional do Partido, indicam o grau de divisão entre suas hostes.

O artigo “Adeus, PCB. Bandeira de Luta é a do PT” de autoria de Walter Pedrosa, publicado no jornal “Voz da Unidade”, em sua edição de janeiro do corrente, dá uma idéia da divergência de opiniões existentes. Ao contrário dos

adeptos das linhas Reformista e Ultra-reformista que defendem mudanças na forma de atuação do Partido, ou dos integrantes da linha Ortodoxa que propugnam pela volta do socialismo científico, o articulista simplesmente propõe a dissolução do Partido, durante a realização do seu IX Congresso. Sugere, ainda, que o PCB realize uma fusão completa e sem pré-condições com o Partido dos Trabalhadores (PT), constituindo-se em mais uma facção dentro daquele Partido.

Embora uma opinião isolada, o artigo ilustra o desencanto existente dentro de um partido que, por obedecer fielmente as diretrizes e ordens emanadas de Moscou ao longo dos seus sessenta e oito anos de existência, jamais se apercebeu dos equívocos históricos cometidos. Agora, com o desmoronamento da utopia comunista em todos os países que nela acreditaram, o PCB, desesperado e dividido, procura encontrar uma nova identidade ideológica, nos diferentes matizes da esquerda.

O Fracasso do Marxismo-Leninismo: Repercussões na América Latina e no Brasil

Pressionado por uma persistente crise econômica, decorrente do fracasso da concepção marxista-leninista de organização do estado e da sociedade, o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) iniciou, a partir de 1985, sob a liderança de Mikhail Gorbachev, uma série de reformas visando a restringir o monopólio do partido sobre a sociedade e a modernizar o país.

Mais surpreendente do que as reformas, que vêm sendo implementadas por Gorbachev, foram os seus reflexos imediatos sobre os países do Leste europeu, onde o monopólio do partido único foi questionado e os partidos comunistas foram sendo, um por um, alijados do poder. A queda do Muro de Berlim, a reunificação da Alemanha e o virtual desmantelamento do Pacto de Varsóvia são alguns dos eventos mais significativos dessa alucinante abertura político-ideológica, econômica e militar.

No Caribe, as reformas na URSS refletiram-se sobre a dependente economia cubana. Cuba sofre, hoje, uma aguda crise econômico-financeira e busca diversificar seus parceiros comerciais sem, contudo, abrir mão do modelo marxista-leninista. Lutando contra os ventos da história, Fidel Castro resiste aos novos tempos por força do seu carisma pessoal e da férrea disciplina partidária imposta pelo Partido Comunista Cubano (PCC).

Na conturbada América Central, o regime sandinista da Nicarágua ruiu, após dez anos de uma fracassada experiência socialista, como resultado das eleições livres realizadas. Dentre as causas do fracasso, encontra-se a redução da ajuda financeira e militar recebida da URSS, de Cuba e de outros países comunistas, além da inconsistência da concepção organizativa implementada, onde se destacavam as restrições à iniciativa privada e à liberdade de expressão.

Na América do Sul, os partidos políticos, alinhados com Moscou, reagiram com perplexidade às mu-

danças no mundo comunista. Ao mesmo tempo, os diversos segmentos da esquerda não ortodoxa apressaram-se em negar qualquer identificação com os regimes fracassados. Já os movimentos revolucionários, que pregam a luta armada para chegar ao poder, não foram muito influenciados pelas reformas, como demonstram, particularmente, as organizações subversivas peruanas e colombianas que tentam impor, pela violência, regimes comunistas aos seus países.

No Brasil, as mudanças no chamado "socialismo real" provocaram perplexidade e, até mesmo, incredulidade.

O Partido Comunista Brasileiro, fiel seguidor do PCUS, procurou adaptar-se à nova realidade, esbarrando, porém, no sectarismo de alguns quadros. O IX Congresso do partido, previsto para ser realizado em maio próximo, deverá discutir os novos rumos da entidade, não se descartando a hipótese da ocorrência de uma séria divisão interna.

O Partido Comunista do Brasil, inicialmente, negou as mudanças ocorridas, atribuindo-as à propaganda imperialista. Em seguida, o partido passou a criticar o stalinismo e anunciou a busca de um caminho próprio para o socialismo, o que poderá ocorrer durante a realização do seu VIII Congresso previsto para este ano.

Já o Partido dos Trabalhadores, sem nenhum vínculo com as matrizes exportadoras do Movimento Comunista Internacional, nega ter sido influenciado pelas reformas e define-se como adepto de um socialismo próprio, embora abrigue organizações da esquerda revolucionária e trotskista, fato que dificulta a escolha do modelo próprio almejado.

Diante dos fatos, pode-se concluir que as transformações do mundo comunista repercutiram na América Latina, particularmente naqueles segmentos vinculados ideologicamente ao PCUS. No Brasil, apesar de, ainda, não haver uma posição

definitiva por parte de diversas organizações de esquerda, evidencia-se a adoção de uma postura marxista liberta de vínculos permanentes com organismos externos.

Finalmente, convém ressaltar que o fracasso do marxismo-leninismo corrobora o acerto da postura anticomunista adotada pelo Exército Brasileiro, em consonância com a maioria da população, ao repudiar, desde o seu nascedouro, a concepção e a prática comunistas para a solução dos problemas que afligem a sociedade brasileira.

Cumpramos, todavia, permaneceremos atentos e vigilantes acompanhando toda a evolução dos eventos do Leste europeu e suas reais consequências sobre as organizações de esquerda, particularmente em nosso País.



CAMPO PSICOSSOCIAL

Falso Catecismo

O Brasil está perdendo a hegemonia de maior país católico do mundo.

Apesar de não desconhecer os fatos, a cúpula da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunida em Caieiras/SP, no 1º Seminário Nacional sobre Pluralismo Religioso, constatou, com certa surpresa, a realidade dos dados levantados através de recentes pesquisas — uma do Instituto GALLUP e outra encomendada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento — IBRADES ao IBOPE.

Os católicos que, no século passado, representavam 98,9% da população brasileira, hoje não passam de 75% (115 milhões de fiéis), segundo as estatísticas mais otimistas. Em proporção inversa, as igrejas pentecostais (1), as que mais se expandem no País, já alcançam mais de dez milhões de adeptos.

Esses números, que merecem um tratamento cauteloso, mas não estão, certamente, longe da realidade, e o fenômeno da proliferação e da constante expansão de outras religiões e seitas, para as quais significativa parcela de católicos já migrou, têm, sem dúvida, causado à CNBB primordial preocupação, que encontrou ressonância no Vaticano. Em novembro último, o Sumo Pontífice revelou sua angústia, motivada por tais constatações, aos bispos do Regional Nordeste-3, em sua visita "ad limina apostolorum" (2).

Entretanto, essa apreensão da Igreja Católica no Brasil não é re-

cente, pois o assunto já havia sido debatido na última Assembléia Geral da CNBB, em Abr 90. Com mais ênfase, o problema voltou a ser abordado pela entidade, em Jul 90, com a criação da Pastoral das Massas, que pretende atrair a classe média e incentivar as atividades religiosas tradicionais, como novenas, procissões e festas de padroeiros, abandonadas nos últimos anos pelo clero "progressista", que fez uma opção exclusivista pelos pobres.

Na procura dos complexos motivos que têm levado milhares de católicos a migrar para outras religiões, seitas, ritos afro-brasileiros e, até mesmo, para novas manifestações religiosas, como o Santo Daime e outros movimentos mais ligados às causas ecológicas, diversas hipóteses são levantadas:

— o proselitismo agressivo das igrejas e seitas, em particular o das Igrejas Pentecostais, para atrair os fiéis;

— a insuficiência de padres católicos;

— a dificuldade de recrutamento e de formação de novos presbíteros;

— o desenraizamento sócio-cultural de grandes faixas da população que, em migrações internas, perdem as referências de sua prática religiosa, muitas vezes ligadas aos usos e costumes dos locais onde, até então, viviam;

— a busca de proteção e amparo, em momentos de frustrações, fraquezas e crises, nas religiões e sei-

tas que pregam milagres, expectativas de dias melhores e curas;

— a falta de resposta aos anseios religiosos e outras.

Mas, indubitavelmente, a causa maior é a nefasta ação do clero dito "progressista", que, em detrimento da verdadeira missão da Igreja — a evangelização —, insiste em enquadrar toda a ação pastoral em determinados parâmetros, como a primazia dada à mudança político-social, a partir da análise marxista da sociedade e de seus instrumentos de transformação; a opção por um sistema socialista; e, para alcançar esses objetivos, a politização da fé e da atividade pastoral.

Ardorosamente preocupados em difundir a "Teologia da Libertação", esqueceram-se que boa parte de sua grei está fazendo uma "opção preferencial" por outras religiões e seitas.

Para resgatar seu rebanho a Igreja terá, certamente, que privilegiar seu papel de alimentadora de vida espiritual e religiosa, porque, só assim, os católicos enxergarão nela não um partido de oposição ou uma instância ideológica, mas a palavra da fé e do bom senso, que está acima dos interesses político-partidários e das ideologias.

(1) Assembléia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Igreja do Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo, Universal do Reino de Deus e Deus é Amor.

(2) Visitas feitas pelos bispos ao Santo Padre, de 5 em 5 anos.



CONFIDENCIAL

Gere Fundos

Campanha da Fraternidade/1991

A Campanha da Fraternidade (CF), promovida anualmente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desde 1964, é desenvolvida durante a Quaresma — da Quarta-feira de Cinzas até a Páscoa — em todas as paróquias e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Este ano, mais uma vez, a CF foi aberta com um pronunciamento do Papa João Paulo II, em cadeia nacional de rádio e televisão.

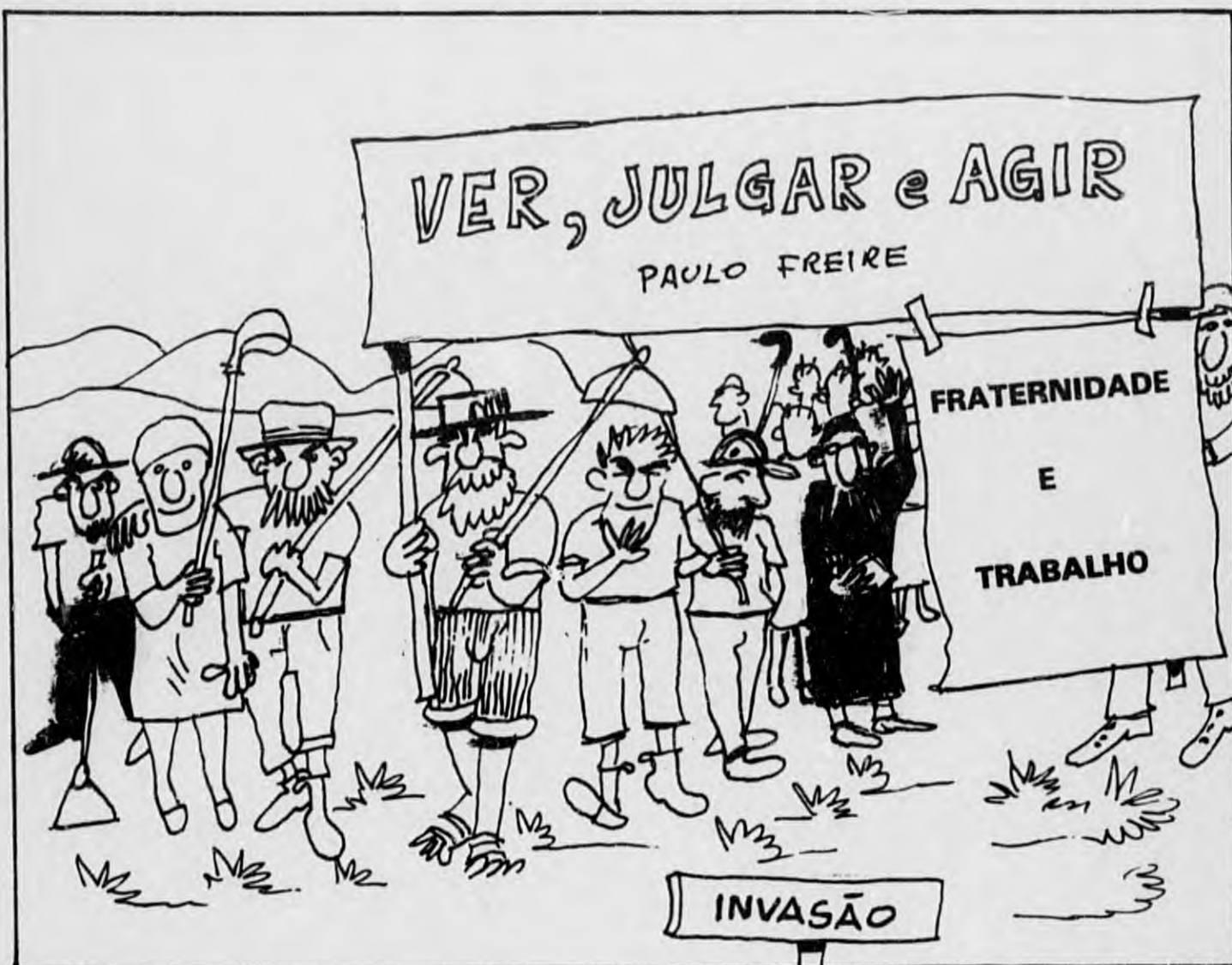
O tema da CF/91, "Fraternidade e Trabalho", e o lema "Solidários na Dignidade do Trabalho" são apresentados com oportunidade, em razão da comemoração do centenário da Encíclica "Rerum Novarum" — pioneira na defesa da necessidade

de uma política social, como dever do Estado e como direito dos operários.

O texto-base da Campanha foi elaborado, segundo o método didático Paulo Freire (Ver, Julgar e Agir), por Dom Affonso Felipe Gregory, bispo diocesano de Imperatriz/MA e pelo padre Dagoberto Boim, que consolidaram sugestões da Pastoral Operária e das CEBs. Esse documento, complementado com trabalhos práticos e estatísticos do Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE), Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos (DIEESE), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

(FIPE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outras entidades, foi aprovado pela presidência da CNBB.

Baseado em conceitos marxistas e estimulando ocupações de terras, greves e mutirões, entre outros pontos polêmicos, o texto-base da CF-91, já no seu lançamento, sofreu forte reação de segmentos da sociedade, inclusive de setores da própria Igreja Católica, não comprometida com os "progressistas", como, por exemplo, de Dom Boaventura Kloppenburg, bispo diocesano de Novo Hamburgo/RS, que afirmou: "O que certos setores (da Igreja) está introduzindo é a luta de classes".



RPM nº 01/91 — FI 07/08

CONFIDENCIAL



COLETÂNEA

Bispo diz que campanha da CNBB instiga luta de classes

O bispo d. Boaventura Kloppenburg, 71, de Novo Hamburgo (RS), considerou o texto-base e o manual da Campanha da Fraternidade de 1991 "excessivamente dominados pela ideologia de esquerda" e disse que não reconhece esses trabalhos como documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). "Sou bispo do Brasil e membro ativo da CNBB. Não fui consultado e não reconheço esses textos como sendo de autoria da CNBB. Eles são apenas de um certo setor da CNBB", afirmou.

Ele disse ter feito normalmente a abertura da campanha em sua diocese na quarta-feira, mas "simplesmente ignorei os textos". "O que certos setores estão introduzindo no

IGREJA NO BRASIL



Diretório Litúrgico

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

ANO B - SÃO MARCOS

mundo do trabalho é a luta de classes", declarou.

Com 128 páginas, o documento da CNBB contém observações e recomendações de diversos tipos. Veja alguns exemplos:

"Deve-se apoiar e ser solidário com as lutas dos trabalhadores que se desenvolvem em nossas igrejas locais. Assumir o conflito e estar presente junto aos trabalhadores (como ocupações, greves, mutirões etc.)."

"O conflito entre capital e trabalho não se resolve pela eliminação da propriedade privada dos meios de produção. Não basta passá-los ao Estado... Nesse caso, o trabalhador continua separado ou alienado do verdadeiro sentido do fruto do seu trabalho."

Invasões e saques marcados

Jaime Amorim, da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em artigo intitulado "Balanço de Um Ano de Intensa Luta", publicado na edição de Dez 90 do Jornal da organização, conclama:

"No próximo (91) as jornadas de luta nacionais deverão se constituir na principal forma de pressão. ...Utilizarmos novas formas de lutas: recuperação de alimentação e sementes, ocupações de prefeituras, palácios de governo e órgãos públicos, manifestação em praças e cidades, fechamento de rodovias, ocupações de bancos e as grandes e massivas ocupações de terra em todo o Brasil".

Constatação

Na edição da revista VEJA que

circulou na semana de 11 a 16 Fev 91, na seção Radar, consta:

Há dez dias, um encontro em Brasília reuniu cerca de cinquenta pessoas ligadas aos problemas de terra de entidades como a CUT, Pastoral da Terra, Contag, entre outras, e chegou-se a um explosivo programa de atividades para 1991. Deliberou-se que o dia 1º de maio será utilizado para passeatas nas principais capitais do país reivindicando a ampliação da reforma agrária. A partir de junho, se o governo ainda não tiver atendido a reivindicação, o movimento promete promover invasões de terra e saques a supermercados. A proposta sofreu resistências da Contag, mas foi aprovada por maioria. Quatro deputados do PT que estavam presentes — Adão Preto (RS), Luci Choinaski (SC), Pedro Tonelli (PR) e Valdir Ganzer (PA) — apoiaram as propostas.



Sem-terra: invasões

* O Encontro citado aconteceu no período de 02/03 Fev 91, no Centro de Estudos Sindicais Rurais/Núcleo Bandeirantes/Brasília/DF e contou com a presença de elementos de várias organizações ligadas ao meio rural.

★ ★

Fontes: Folha de São Paulo (14 Fev 91), Folha da Tarde (16 Fev 91), Veja (11 e 20 Fev 91)

CONFIDENCIAL

DV-1

13

SE 11

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO
(CIE)



RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL



Nº 03/91

Mês: MARÇO

EXEMPLAR: 440

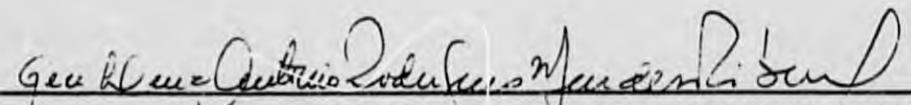
CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL

O Relatório Periódico Mensal (RPM) objetiva apresentar aos Chefes, Diretores e Comandantes uma síntese dos principais acontecimentos, permitindo àqueles que detêm a responsabilidade de decisão um melhor acompanhamento dos fatos, nos diferentes campos do poder, facilitando a ação de comando e a tarefa de orientar os seus subordinados.

Apesar da classificação sigilosa atribuída ao documento (CONFIDENCIAL), é possível a utilização de trechos das matérias apresentadas, visando a atingir os objetivos acima descritos, desde que seja preservado o sigilo da fonte.


Gen Bda LUIZ ANTONIO RODRIGUES MENDES RIBEIRO
Chefe do Centro de Informações do Exército

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Gen Mendes

**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
C I E**

**BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL
EM 15 de Abril de 1991**

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL Nº 03/91

ÍNDICE

EDITORIAL - 03/08

- O comunismo não é coisa do passado

CAMPO MILITAR..... - 04/08

- Roubo de Armamento

CAMPO POLÍTICO - 05/08

- O Partido Comunista do Brasil e as reformas da Albânia

CAMPO PSICOSSOCIAL..... - 06/08

- As invasões e o Estado de Direito

COLETÂNEA..... - 07/08

- Humor Covarde

- Amazônia em pauta

DIFUSÃO DO RPM - 08/08

CONFIDENCIAL

EDITORIAL

O comunismo não é coisa do passado

Os Órgãos de Comunicação de Massa (OCM), desde o ano passado e, em decorrência da propalada democratização do Leste europeu, vêm desenvolvendo falaciosa orquestração, induzindo a opinião pública brasileira a acreditar que o comunismo é coisa do passado. Nesse contexto, os Órgãos de Informações são estigmatizados com a pecha de "elefantes brancos", de todo desnecessários, e ridicularizados sob a encenação grotesca de uma novela de televisão.

Ultimamente, alguns artigos da imprensa têm questionado a necessidade da própria existência das Forças Armadas Brasileiras, e do Exército em particular, sob a alegação de inexistirem ameaças externas, do seu despreparo para a defesa externa e do pretenso fim do perigo comunista, que as tornaria absolutamente desnecessárias. Tais opiniões têm encontrado ressonância até mesmo em alguns companheiros militares que, apesar de não concordarem no todo, iludem-se na aceitação de que o comunismo acabou e de que, em consequência, a Atividade de Informações não mais tem razão de existir.

Os enganadores de plantão omitem, desonestamente, a atual situação da América Latina, na qual a sanha comunista é evidente, como demonstram as guerrilhas de El Salvador, Colômbia e Peru. Quanto ao Brasil, eles não falam, por conveniência ou ignorância, no surgimento recente de uma nova organização trotskista — O Trabalho na Luta pelo Socialismo (OT/LPS) —, com a fusão de duas outras organizações extremamente radicais. A OT/LPS nasceu com forte apego ao marxismo revolucionário, por pretender estruturar, desde já, uma fração revolucionária na Central Única dos Trabalhadores (CUT), inteiramente sectária e avessa ao entendimento nacional, que, para ela, não passa de "política de colaboração de classes".

Os trotskistas, em geral, detêm, no momento, a mais cômoda posição no Movimento Comunista Brasileiro. Por afirmarem não ter nenhuma relação com a derrocada do Leste europeu, eles se apresentam como detentores de propostas "inéditas", postulando para a sociedade brasileira um modelo socialista jamais testado em qualquer país. Não sendo responsáveis pela crise do socialismo, entendem possuir forças e espaço para a disseminação de suas idéias, desmentindo a falácia dos que acreditam que o comunismo é coisa do passado.

A conjuntura econômica brasileira, com suas consequências políticas e sociais, apresenta um campo fértil para a ação dos radicais de sempre, o que exige um trabalho diligente e continuado, em prol da democracia, sem esmorecimentos, em face das responsabilidades permanentes e crescentes de Segurança Interna e em face dos esforços dos adeptos da desnecessidade das Forças Armadas. Tais detratores sofreram um rude golpe em suas insidiosas pretensões, no episódio do Rio Traíra, quando ficou cabalmente demonstrada a imperiosa necessidade de Forças Armadas cada vez melhor adestradas e equipadas, além de um Sistema de Informações eficaz e integrado. Ironicamente, a guerrilha atuou contra os interesses da esquerda, desmascarando os que insistem em negar a razão e a necessidade de Instituições que, por vocação e dever, dedicam-se à defesa da Pátria.



Karl Marx



RPM nº 03/91 — FI 03/08

CAMPO MILITAR

Roubo de Armamento

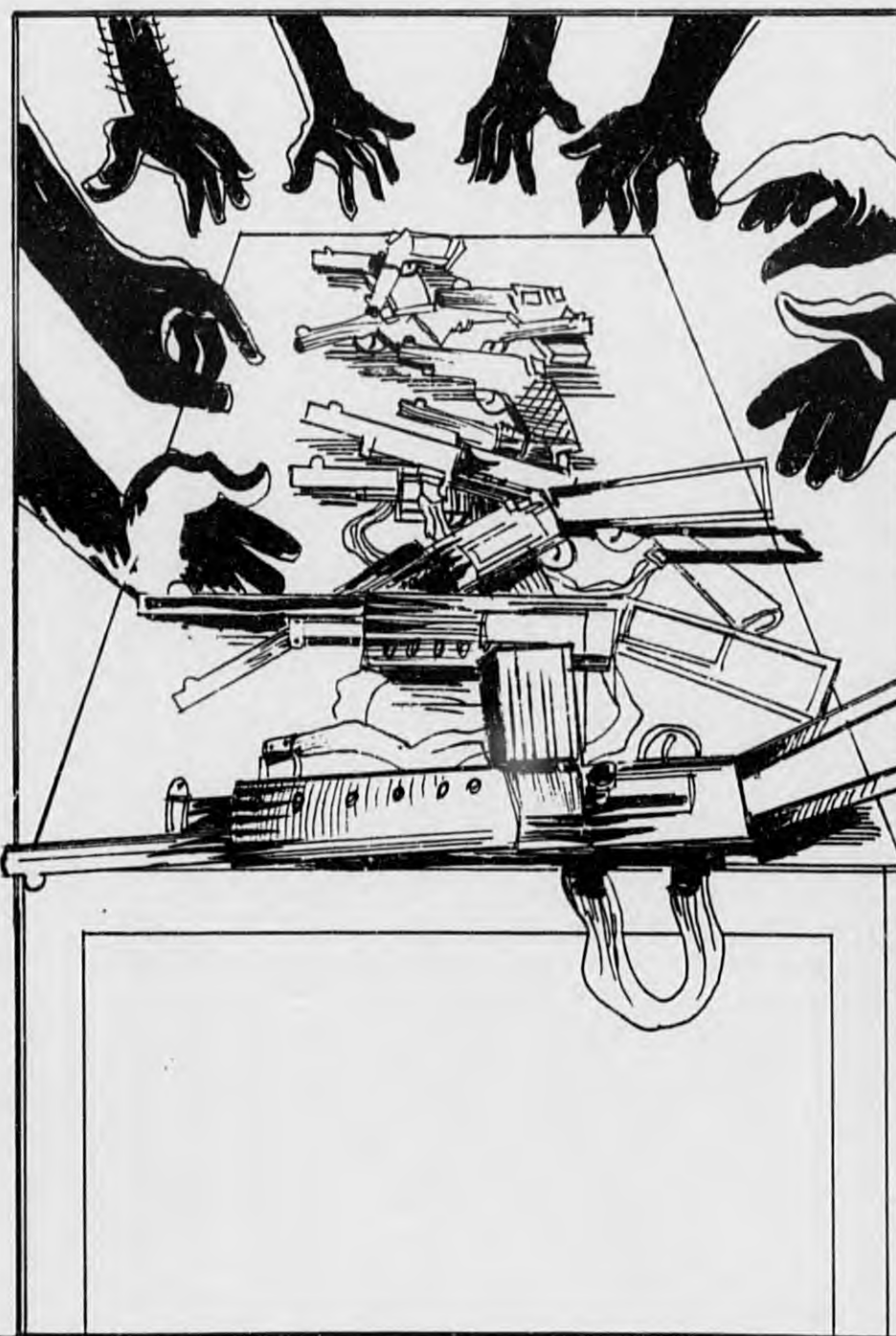
Os acontecimentos ocorridos no dia 16 de março de 1991, sobre o roubo de armas, no Campo de Provas da Marambaia (CPrM), no Rio de Janeiro/RJ, bem como a estatística do primeiro trimestre do ano em curso, comparada a períodos anteriores (quadro em destaque), vêm demonstrar de forma concreta o recrudescimento desse tipo de ocorrência e trazem apreensão quanto às consequências que podem advir.

A exemplo de 1990, alguns órgãos de comunicação voltam a explorar o fato, criticando e comprometendo a imagem da Força. Por outro lado, ao se analisar as diretrizes emanadas da cúpula de Organizações Subversivas (OS), reconhecidamente de características radicais, para obtenção de armamento e munição, visando ao treinamento e à atuação de seus quadros, verifica-se que, apesar de ainda considerarem as Forças Armadas como seu maior inimigo, vêem-nas também como uma fonte de suprimento.

Assim, tem-se a certeza de que, além do cumprimento rigoroso das medidas de Segurança Orgânica previstas, particularmente quanto ao material e instalações, a grande preocupação deve ser com o homem. Instruído sobre aspectos conjunturais que nos interessem diretamente, bem como quanto às medidas de Contra-Inteligência, ele pode desenvolver sua capacidade de avaliação, conscientizando-se melhor da responsabilidade que lhe cabe.

Visando a esclarecer o Público Interno sobre as providências tomadas, até o momento, quanto às citadas ocorrências no CPrM, ressalta-se que foi instaurado um IPM, sendo indiciados vários elementos, dos quais três militares (um Sd EB, um Sd FN e um Sd PMERJ). Das oitenta e duas armas, de vários calibres, roubadas, já foram recuperadas cinquenta e três, até 05 Abr 91.

DISCRIMINAÇÃO	1989			1990			1991		
	QUANT	N/REC	REC	QUANT	N/REC	REC	QUANT	N/REC	REC
Pistola BERETTA 9mm...	28	14	14	25	15	10	24	13	11
Mtr BERETTA 9mm	01	-	01	-	-	-	01	01	-
FAL	09	07	02	04	02	02	01	01	-



CAMPO POLÍTICO

O Partido Comunista do Brasil
e as reformas da Albânia

As imagens da revolução da Romênia e as transformações ocorridas na Alemanha Oriental e em outros países do Leste europeu, animaram os albaneses a desafiar a poderosa estrutura do último regime stalinista da Europa. Pressionado pelas manifestações populares e pela repercussão internacional do êxodo de milhares de pessoas que abandonaram o país em Jul 90, em busca de liberdade, o governo da Albânia deu início a um programa de mudanças, compreendendo a adoção do pluripartidarismo, uma certa liberação econômica e a liberdade religiosa.

Tendo em vista todos esses acontecimentos, João Amazonas de Souza Pedrozo e José Renato Babelo, respectivamente Secretário-Geral e Secretário de Massas do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PC do B), viajaram para a Albânia, em novembro de 1990, para avaliar o nível das transformações e das mudanças de rumo adotadas pelo regime comunista albanês.

Baseado nos contatos mantidos com dirigentes do Partido do Trabalho da Albânia-PTA (de orientação stalinista) e em observações pessoais, João Amazonas realizou uma análise da situação existente naquele país, paradigma do socialismo real e farol orientador do PC do B no Brasil.

Nessa análise, o dirigente máximo do PC do B reafirma sua intransigência e aversão a modificações substanciais na linha ideológica do partido — cujo objetivo continua sendo implantar o comunismo no Brasil — ao considerar que, "na época atual, o pensamento de Lênin acerca da possibilidade da vitória do socialismo num único país, continua válido, mas aplicável tão-somente a países de grande porte, ainda que medianamente desenvolvido e contando com o ascenso do momento revolucionário mundial". João Amazonas prossegue dizendo, ainda, que "um pequeno país atrasado e sozi-



nho, não tem condições de construir o socialismo e avançar para o comunismo". Com essas afirmações, verifica-se que esse dirigente procura justificar o fracasso do regime comunista implantado na Albânia, ao mesmo tempo em que procura demonstrar o acerto da postura do PC do B, em sua luta pela implantação do socialismo no Brasil.

Com referência às alterações de rumo no regime albanês, o PC do B desnuda o arcaísmo de suas concepções ideológicas, ao criticar o governo daquele país por fazer concessões "inadmissíveis" para um regime marxista-leninista, tais como a existência de partidos de oposição e de organizações de massa, entrada de capital estrangeiro e abertura de mercado.

Reforçando seu credo ideológico e radical, o Secretário-Geral critica a retirada de monumentos consagrados a Stalin, nas principais cidades do país, pois, em sua opinião, os adeptos do verdadeiro marxismo-leninismo não podem ser anti-stalinistas. Ressalte-se que, apesar do clima de terror e repressão implantado na União Soviética durante o período em que esteve no poder, Stalin é exaltado pelos seus "relevantes serviços à causa da revolução e da democracia em todo o mundo".

O documento menciona, também, a existência de pressões externas voltadas para a derrubada do governo comunista e para "a

transformação da Albânia num cativeiro", esquecendo-se o autor de que os seus cidadãos vivem, de fato, dentro de uma imensa prisão, oprimidos pela "Segurini", a polícia política, e vigiados por guardas de fronteira e tropas do exército que atiram em quem ousa sonhar com a liberdade.

O dirigente do PC do B procura ignorar, propositadamente, que as manifestações populares e as fugas de milhares de albaneses são apenas o reflexo da falta de democracia e das precárias condições econômicas e sociais de um país que, conduzido por um regime comunista ditatorial, isolou-se da comunidade internacional, acreditando na ilusão da auto-suficiência.

Analisando-se o ideário de alguns de seus dirigentes, verifica-se que, formulado numa época em que a situação política, econômica e social dos povos era inteiramente diferente da existente na atual conjuntura mundial, o dogmatismo ideológico reinante no PC do B encontra-se, desde há muito tempo, inteiramente ultrapassado. Somente ideólogos fossilizados, como João Amazonas, não conseguem perceber a necessidade de se adequar aos novos rumos da História, reagindo contra todas as evidências do fracasso do marxismo-leninismo e insistindo em defender bandeiras desbotadas e rasgadas pela ação do tempo.

CAMPO PSICOSSOCIAL

As invasões e o Estado de Direito

A partir de 15 de março de 1991, com a posse dos novos governadores, vem ocorrendo um substancial incremento de invasões de imóveis em algumas regiões do País.

A cada invasão bem sucedida, fortalece-se e intensifica-se a onda de ocupações em todo o território nacional.

Essas ocupações irregulares têm procurado atingir as propriedades urbanas e/ou rurais, pertencentes a órgãos públicos e/ou privados, por militantes de Movimentos Comunitários (Associações de Moradores e Favelas), Movimentos de Trabalhadores Rurais Sem-Terra e dos Sem-Teto e que contam, efetivamente, com a participação de Organizações Subversivas (OS), convenientemente infiltradas naqueles movimentos.

As ações desencadeadas pe-

los invasores são, em geral, precedidas de um minucioso planejamento. O plano contempla, entre outras medidas, desde a distribuição de senhas para as ocupações de imóveis previamente selecionados, até a preparação de um mínimo de infra-estrutura (transportes, comunicações, segurança, alimentação, etc), necessária ao apoio àquelas invasões.

Caracterizada a ocupação, segue-se como passo seguinte, a criação de comissões de negociação, por parte dos invasores, no intuito de proporem suas exigências e, também, proclamarem suas ameaças, no caso do não atendimento a suas reivindicações. Participam dessas comissões, além de líderes comunitários, membros de entidades ligadas aos direitos humanos, Organizações Subversivas, representantes de partidos

políticos legais e outros.

Registra-se, assim, o envolvimento direto de organizações de esquerda comprometidas com a subversão e alinhadas com os objetivos espúrios de ampliar sua influência junto àqueles movimentos populares, para tê-los como instrumentos de contestação.

A atitude precipitada, ou mesmo demagógica, de qualquer autoridade constituída, no trato com a problemática das invasões — sejam elas espontâneas ou planejadas —, que venha a adotar posições "populistas", pretendendo dar ares de legalidade à ilegalidade representada pela violação da propriedade, sem dúvida, incentiva novas ocupações, à revelia da garantia do direito de propriedade (1).

Por outro lado, na busca dessa legalidade, os pedidos de reintegração de posse interpostos terão, por certo, o amparo de decisão judicial e não poderão deixar de ser executados. Ao contrário, na hipótese de um recuo, estará se conformando um **Estado sem Direito**.

Por isso, há que se reagir enérgica e eficazmente contra qualquer tipo de invasão, para restabelecer o "status quo" anterior, preservando, dessa forma, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil — construir uma sociedade livre, justa e solidária (2).

Nota:

(1) Inciso XXII do Art 5º da CF — é garantido o direito de propriedade.

(2) Art 3º da CF — Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II -

III -

IV -



Sem-Terra



COLETÂNEA

"Humor Covarde"

Com este título, o articulista Mário Nery, por intermédio da revista *Veja*, edição de 10 Abr 91, repudia a mensagem transmitida pelo filme *Rádio Auriverde* de Silvio Back.

Segundo o cineasta, "a participação da FEB, na II Guerra Mundial, não passou de um espetáculo circense, armado pelos americanos, em que nossos pracinhas foram tratados como marionetes".

No filme, são utilizados trechos de discursos retirados da "Hora Auriverde", um programa da contrapropaganda alemã para brasileiros, no qual nossos soldados eram incitados à deserção.

Rádio Auriverde, conforme Mário Nery, "é um filme preconceituoso com os brasileiros, desonesto com a História e covarde, diante de si próprio".



O que se poderia esperar de um indivíduo que, por suas posições extremadas, vem-se utilizando do "cinema político" para denegrir as Instituições Nacionais, em consonância com o passado de militante esquerdista?

Através de suas próprias palavras, verificamos seu pensamento sobre o Exército e a História do Brasil:

"Abomino o Exército Brasileiro"

"Interessante esta questão. Pode parecer incrível, mas acho que é justamente por uma vocação antimilitarista que carrego em mim. Eu não sou de jeito algum um pacifista — acho que certas coisas têm de ser resolvidas à bala mesmo — mas de todas as instituições, a que mais abomino é o Exército. É a mais conservadora e reacionária de todas."

"A História do Brasil é um poço de falsidades"

"Acho que a História em si é mentirosa, pois é escrita pelos vencedores. E a História do Brasil, em particular, é um poço de falsidades."

(Declarações do cineasta no *Jornal "Nicolau"*, da Secretaria de Estado e Cultura, Imprensa Oficial do Estado do Paraná, Ano I, nº 11, em 1988).

Amazônia em Pauta

Parlamentares, cientistas e intelectuais levantam fortes suspeitas de que já esteja em marcha, antecedendo a ECO-92, a ser realizada no Rio de Janeiro, uma articulação para tornar a **Amazônia** um "patrimônio da humanidade" — expressão cheia de presságios significativos e que em outra coisa não irá resultar senão na expropriação dessa região aos brasileiros. (*O Liberal* - PA).

A União Geográfica Mundial convidou o Brasil, através da Universidade Federal Fluminense (UFF), para fazer parte do projeto "Zonas Críticas Ambientais", que consiste no mapeamento de todas as áreas do Mundo, onde a ocupação humana — crescente e desordenada — vem colocando em risco grandes ecossistemas. A Amazônia foi incluída entre as oito principais regiões a serem pesquisadas. (*O Globo* - RJ).

O subsecretário do Tesouro Americano, Davi Julford, admitiu, através do programa *Wordnet*



— diálogo via satélite, ao vivo, patrocinado pelo Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos (USIS) — que o governo americano tem interesse na preservação da floresta amazônica e que para isso estaria disposto a negociar um programa amplo de redução da dívida externa. (*Correio Braziliense* - DF).

Não será possível, nos tempos atuais, ignorar as crescentes pressões de potências do Primeiro Mundo, desejosas, sob a alegação de defesa do meio-ambiente e respaldadas nos constrangimentos causados pela inadimplência da dívida externa, de influenciar nas decisões do Governo brasileiro, quanto ao futuro da **Amazônia**. (*Correio Braziliense* - DF).

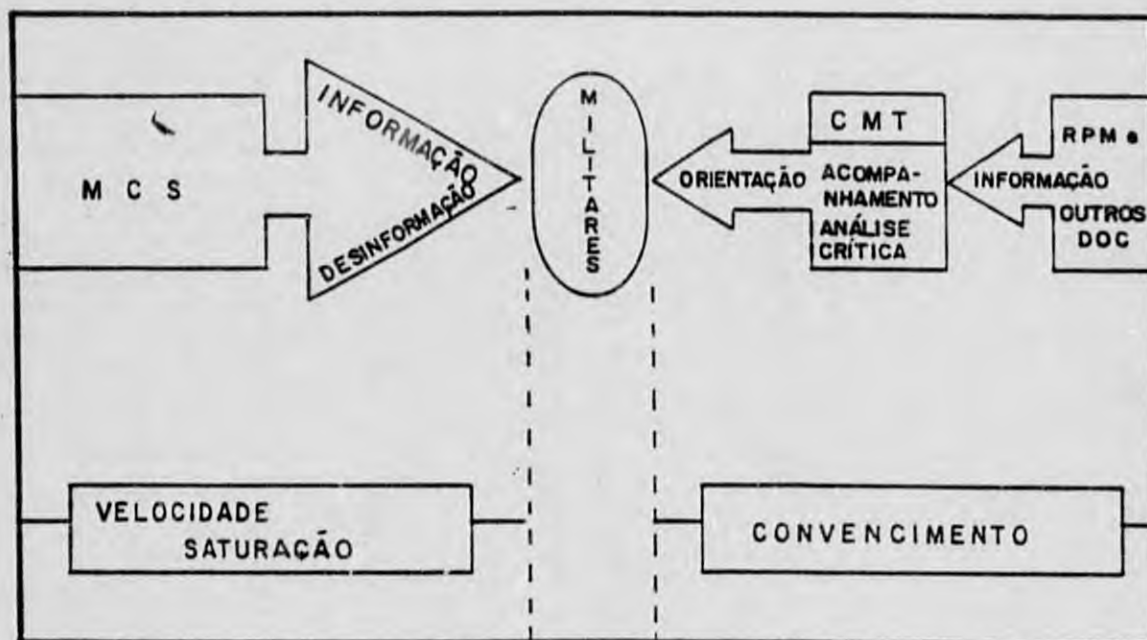
Do economista francês Alain Lipietz: "a elaboração de um Direito Internacional que se sobreponha às legislações nacionais e limite a soberania interna dos países, é a única saída para evitar uma catástrofe ecológica". (*Folha de São Paulo* - SP).

DIFUSÃO DO RPM

Considerando que os integrantes de nossas Organizações Militares participam, compulsoriamente, de uma Sociedade de Informação, percebe-se que o bombardeio de mensagens diárias conduzido pelos Meios de Comunicação Social (MCS) dificulta uma análise adequada dos fatos, dados e outros elementos veiculados.

Neste contexto, não raro são utilizadas técnicas de desinformação pelos manipuladores da opinião pública, com o objetivo de gerar emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução de seus objetivos específicos.

Com vistas a neutralizar tais efeitos adversos, sugere-se a difusão mais ampla possível das informações contidas neste relatório, preferencialmente, através de sua leitura (comentada) nas reuniões de Oficiais e Praças.



CONFIDENCIAL

18

00-1
A

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO
(CIE)



RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL



Nº 04/91

Mês: ABRIL

EXEMPLAR: 440

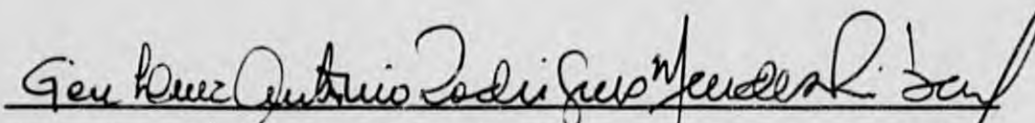
CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL

O Relatório Periódico Mensal (RPM) objetiva apresentar aos Chefes, Diretores e Comandantes uma síntese dos principais acontecimentos, permitindo àqueles que detêm a responsabilidade de decisão um melhor acompanhamento dos fatos, nos diferentes campos do poder, facilitando a ação de comando e a tarefa de orientar os seus subordinados.

Apesar da classificação sigilosa atribuída ao documento (CONFIDENCIAL), é possível a utilização de trechos das matérias apresentadas, visando a atingir os objetivos acima descritos, desde que seja preservado o sigilo da fonte.


Gen Bda LUIZ ANTONIO RODRIGUES MENDES RIBEIRO
Chefe do Centro de Informações do Exército

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Gen Mendes

**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
C I E**

**BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL
EM 15 de maio de 1991**

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL Nº 04/91

ÍNDICE

EDITORIAL..... - 03/10

- CIE — Quase um quarto de século

CAMPO MILITAR..... - 04/10

- A nossa missão

CAMPO POLÍTICO - 05/10

- Trotskistas — Revolucionários por princípios — petistas de ocasião

CAMPO PSICOSSOCIAL..... - 06/10

- A Assembléia Geral da CNBB

- Grevistas que destrói

- Tumultos, quebra-quebras e saques: movimentos espontâneos ou deliberados?

- A guerra ecológica

COLETÂNEA..... - 10/10

- O terrorismo internacional em 1990

- Deputado denuncia complô contra a Amazônia

- Índio Ianomami visita New York

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Gen Mendes

EDITORIAL

CIE — Quase um quarto de século

Criado pelo Decreto n.º 60.664, de 02 de maio de 1967, como resultado de estudos desenvolvidos no Gabinete do Ministro do Exército, nasceu em grave momento da vida brasileira, para propiciar suporte de Informações ao combate à subversão e ao terrorismo fratricida. Desde a sua implantação, subordinase, diretamente, ao Comandante Superior do Exército, seu cliente principal.

Em 1968, com a absorção da Subseção de Informações Internas e de Segurança Interna do Estado-Maior do Exército, passou a constituir-se no Órgão Central do Sistema de Informações do Exército para aquele campo de Informações. Neste quase um quarto de século de profícuo exercício da Atividade de Informações, assessorou o Ministro do Exército nos assuntos de sua competência e supervisionou, coordenou, controlou e apoiou o Sistema de Informações do Exército no diuturno e difícil mister de produzir Informações.

Desempenhou papel preponderante na luta contra o "inimigo interno", enfrentando grandes adversidades diante do ineditismo desse tipo de combate, conquistando, rapidamente, o respeito da Nação, galvanizada pelos ideais da Revolução Democrática de 1964, e o temor e o ódio daqueles que se colocaram, de armas na mão, a soldo do Movimento Comunista Internacional contra sua própria Pátria. Tornou-se, mesmo, o centro das atenções, pela determinação com que seus integrantes empenharam-se no cumprimento das mais complexas mis-

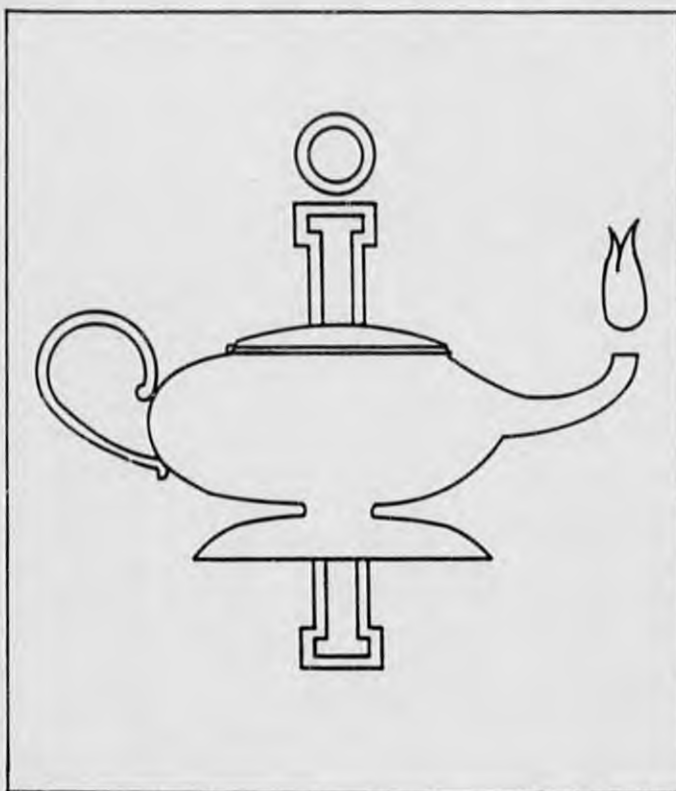
sões, em benefício da segurança e da estabilidade nacionais.

Decorrido um longo período de maturação em que os seus instrumentos legais foram sendo aperfeiçoados para acompanhar a evolução do quadro político-institucional brasileiro, ficam evidentes a correção da Política de Informações adotada, a adequação da metodologia para a produção do conhecimento e sua indispensável proteção e, acima de tudo, o seu inequívoco posicionamento, em permanente oposição às ideologias espúrias, a cuja crise assistimos, até mesmo, nas nações que lhes serviram de berço.

Prosseguindo em sua evolução, nos últimos meses de 1990, o Exm.º Sr. Ministro do Exército decidiu, diante dos estudos para a implantação da nova Organização Básica do Exército e do assessoramento e propostas do próprio CIE, efetivar a integração, neste Órgão Central do Sistema, das Informações Internas e Externas, levando-o a repensar a sua estrutura e adequar-se ao atendimento das ne-

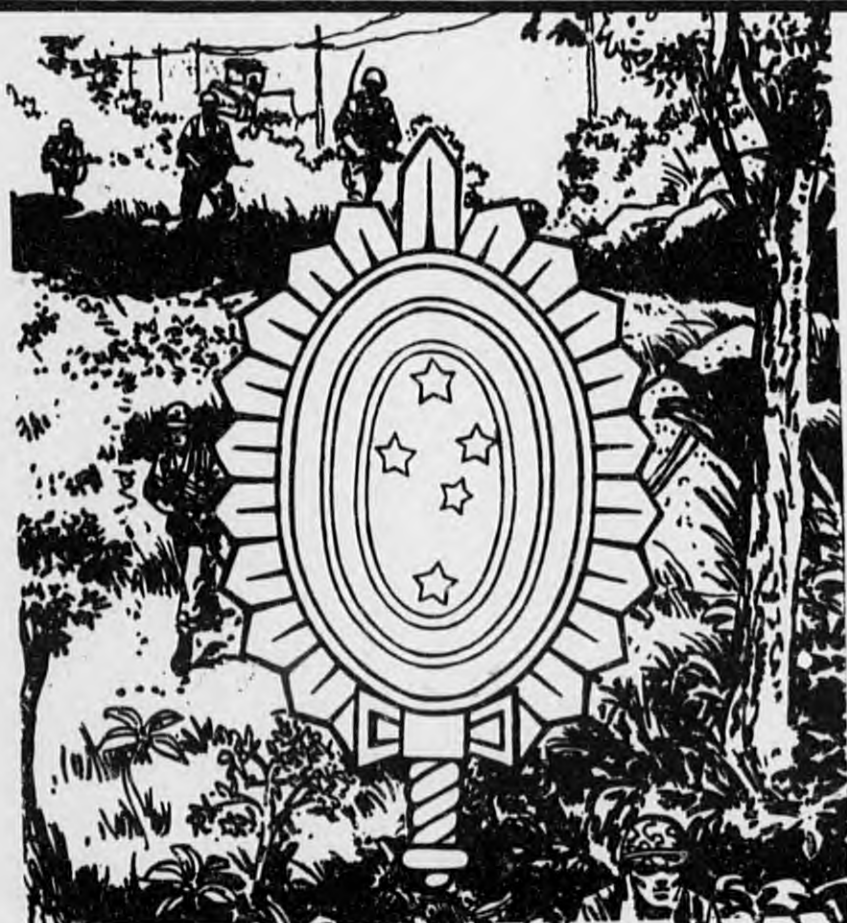
cessidades de Informações de toda ordem.

Agora, quando as ameaças aos interesses nacionais se apresentam com novas e variadas formas, chegando, inclusive, aos apelos ecológicos, reconheçamos o valor e a indiscutível importância do Homem de Informações no seu trabalho anônimo e rendamos um preito de gratidão àqueles que, cumprindo o seu dever, tombaram, no exercício de tão nobre Atividade.



CONFIDENCIAL

CAMPO MILITAR



A nossa missão

Estamos vivendo um período de crescente polêmica, quanto ao papel das Forças Armadas, em relação ao momento brasileiro atual. A discussão pura e simples não é preocupante, mas sim, as conclusões tiradas, após a avaliação mais apurada do problema. Assim, é de suma importância que o Público Interno participe desta análise.

Na exploração do tema, insinuam-se pseudos porta-vozes da sociedade, apresentando argumentos e soluções que, embora à primeira vista pareçam óbvios, acabam por não resistir ao mais elementar raciocínio crítico. A conjuntura sócio-econômica do País, bem como o seu distanciamento dos centros do poder mundial, aparentemente, lhe conferem uma perspectiva de paz duradoura, fazendo com que, inadvertidamente, alguns venham a questionar o valor da profissão.

É verdade, porém, que, se atualmente a guerra é considerada como uma hipótese remota, observa-se em contrapartida a existência de conflitos que, de forma indireta, também projetam antagonismos. As pressões externas, ao explorarem fatores ecológicos, tecnológicos e econômicos, procuram inibir os interesses nacionais. Surge então a necessidade de desencorajar os antagonistas, respaldar a política externa governamental e atuar, prontamente, em situações emergenciais. Atualmente, ocorrem exemplos de países que atingiram tais objetivos, mantendo forças armadas com dimensões compatíveis, preparo adequado e real capacidade de mobilização.

Alheios a reflexões como estas, os críticos "descobriram" a possibilidade de emprego da For-

ça, em atividades sociais, compensando, talvez, a "pouca utilidade da Instituição". Conseguem, assim, mostrar que desconhecem a História do Brasil ou possuem memória curta.

Desde o despertar do sentimento nativista do povo, à época Colônia, Nação e Exército trilham o mesmo caminho. Tradicionalmente, existe a responsabilidade na formação de inúmeras gerações de brasileiros desde o tempo em que cidadãos fardados iniciaram e mantiveram a interiorização colonizadora do País; as mais distantes comunidades reconhecem, no verde-oliva, o seu grande sustentáculo, já que se desenvolveram em torno dos quartéis, ali conheceram a cidadania e aprenderam a servir a sua Pátria.

Hoje, como sempre, há a participação na vida nacional, independentemente de convocações. Aí estão, entre outras, as ações desenvolvidas em preservação ambiental, calamidades públicas, grandes ameaças de epidemias, programas de distribuição de alimentos e na construção e manutenção de rodovias e ferrovias. Cabe lembrar que, no Projeto Calha Norte, até agora, praticamente só as Forças Armadas mantêm presença efetiva. A grandeza desse trabalho está permitindo a ocupação irreversível de espaços perante a Nação Brasileira. O seu povo conhece e respeita o valor da Instituição.

E quem são tais questionadores?

Trata-se, na verdade, de um grupo pequeno, descompromissado com a causa pública e voltado, exclusivamente, para os seus próprios interesses. A ação perniciosa de tais indivíduos sugere, até, uma afinidade com possíveis diretrizes alienígenas, manifestadas por questionamentos despropositados sobre a existência de nossas Forças Armadas e a plena soberania sobre o território brasileiro.

CONFIDENCIAL

Gen Mendes

CAMPO POLÍTICO

Trotskistas — Revolucionários por princípios — petistas de ocasião

As organizações trotskistas, cada uma a seu modo, sempre buscaram conquistar a direção do Partido dos Trabalhadores (PT), a fim de construir o "partido revolucionário com forte influência de massas" — principal condição objetiva, proposta por Leon Trotski, para a eclosão e condução de um movimento revolucionário pelo proletariado. Assim, tal partido é apenas o hospedeiro temporário dessas organizações, que se locupletarão dele e de seu braço sindical — a Central Única dos Trabalhadores (CUT) — até o momento de transformá-lo.

O PT, por sua vez, organizado desde as suas origens, como uma grande "frente" de facções ideológicas, necessitava conquistar e manter um mínimo de unidade partidária, sob pena de perder a personalidade e sucumbir politicamente, já que seus diversos "partidos" constitutivos nunca primaram pela coesão. Desse modo, decidiu adotar o "princípio das tendências", como forma de submeter suas correntes internas aos interesses da agremiação, impondo-lhes disciplina partidária. As tendências, então, passaram a representar as diferentes facções, com liberdade de expressão e de postura, limitadas pelas decisões emanadas da direção do PT.

A adoção de tal princípio não se tem constituído em incômodo para as organizações trotskistas. Muito pelo contrário, tem-lhes garantido nova identidade e roupagem — agora a de "petistas" interessados, tão-somente, com os destinos do PT —, fato que, ainda, lhes tem permitido flexibilidade para obter composições políticas ao seu sabor.

Dessa maneira, sem abandonar suas pretensões estratégicas — construir um partido revolucionário à sua feição —, as organizações trotskistas ganharam duas vantagens táticas adicionais:

— mascarar suas vincula-



ções aos centros irradiadores da IV Internacional (subordinação inconstitucional é proibida às agremiações políticas legais), uma vez que, nas aparências, vinculam-se apenas ao PT; e

— possibilitar uma atuação política ostensiva, resguardando e protegendo suas atividades clandestinas e o seu caráter independente.

Os trotskistas logo se deixaram confundir com suas próprias projeções com tendências de um partido. A Democracia Socialista (DS) travestiu-se de "Tendência Partidária-Democracia Socialista" (TP/DS); a Convergência Socialista (CS) batizou-se de "Tendência Convergência Socialista"; a Organização Quarta Internacional (OQI) camuflou-se na "Tendência Causa Operária"; O Trabalho na Luta Pelo Socialismo (OT/LPS), intitulou-se "Tendência O Trabalho"; e, finalmente, o Partido Operário Revolucionário Trotskista-Posadista

(PORT-P) procura homiziar-se na ainda não reconhecida "Tendência Voz Proletária".

Com o tempo, o trotskismo impôs a hipócrita prevalência das tendências sobre suas organizações. Isso lhes facultou camuflar a sanha revolucionária, como bem o fizeram nas violentas greves com ocupação de fábricas; na sangrenta batalha da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1988; e nas inúmeras depredações do patrimônio público e privado.

As organizações trotskistas não são apenas tendências petistas. Agrupadas em um partido que no fundo desprezam, constituem-se em petistas de ocasião, enquanto sugam a quem lhes dá abrigo. A pele de cordeiro, porém, não lhes recobre, inteiramente, as garras nascidas da violência revolucionária. Seus princípios são e continuarão a ser os mesmos, legados do radicalismo de Leon Trotski.

CONFIDENCIAL

CAMPO PSICOSSOCIAL

A Assembléia Geral da CNBB

Anualmente, desde 1962, realiza-se no Mosteiro de Itaici, Município de Indaiatuba/SP, a Assembléia Geral Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A 29ª, ocorrida de 10 a 19 Abr 91, revestiu-se de especial importância, pois, como ocorre de quatro em quatro anos, os bispos debateram as novas diretrizes que irão nortear a ação pastoral da Igreja Católica no Brasil, no quadriênio 91-94, e elegeram os dirigentes da entidade, para o mesmo período.

Nessa Assembléia, além do debate de assuntos inerentes à Igreja — como a evasão de católicos para outras religiões e seitas, a formação permanente do clero, a tradução única da Bíblia Sagrada, a proliferação de seitas e a situação econômico-financeira da CNBB —, foi dada grande ênfase à análise de temas políticos, destacando-se a abordagem realizada por Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente reeleito da entidade, sobre as relações da Instituição com a Presidência da República e com os ministérios.

Na oportunidade, Dom Luciano observou que o relacionamento com a Presidência foi de "aproximação lenta e difícil, motivada, talvez, por prevenções contra a CNBB, surgidas, ainda, no tempo da campanha eleitoral", referindo-se, certamente, ao engajamento do clero "progressista" à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva.

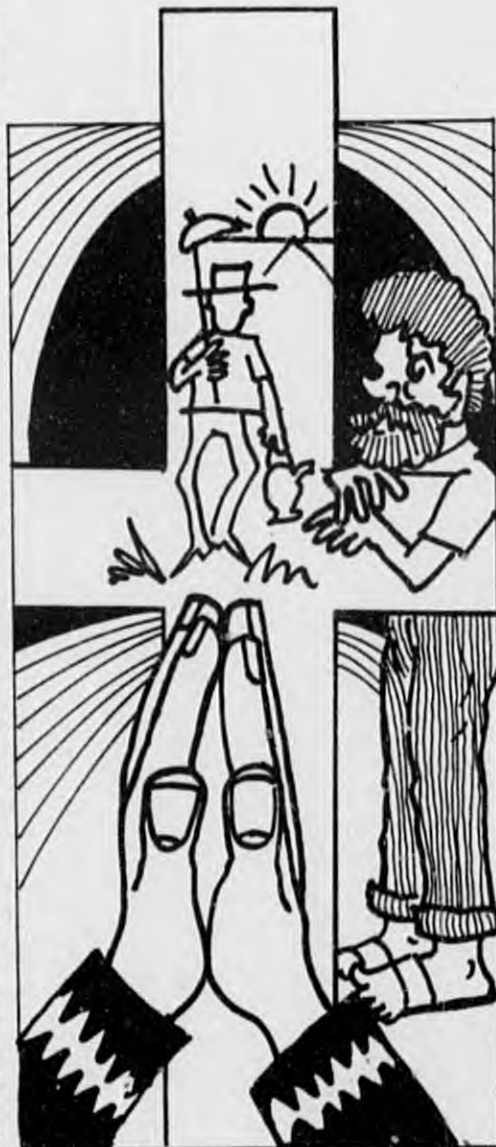
Quanto ao relacionamento com os ministros, informou que os contatos têm sido mais assíduos, sendo abordadas, com maior frequência, as questões de terra e dos índios e a problemática da vida. Destacou a renovação do convênio com o Ministério da Saúde, em colaboração com a Pastoral da Criança, e o do Ministério da Educação com o Movimento de Educação de Base (MEB), órgão totalmente controlado pela esquerda clerical.

A Assembléia dos Bispos aprovou, ainda, diversas declarações, dentre as quais destaca-se a dirigida aos trabalhadores, na qual denuncia a "degradação social e a exploração a que são submetidos os trabalhadores e trabalhadoras, através de desumano arrocho salarial, da chaga do desemprego, do aviltamento dos valores pagos aos aposentados, da ausência de uma reforma agrária e da discriminação radical, social e econômica dos negros".

Na mensagem final, versando sobre a valorização da vida humana, os bispos condenam os projetos que visam à instituição da pena de morte e a liberação do aborto no País, a esterilização da mulher, o abandono de menores, a não-repartição da terra, a morosidade da Justiça, a impunidade, a corrupção, o endividamento externo e a "escravidão econômica a que o País foi submetido nas últimas décadas".

Fruto de longo e paciente trabalho conceitual, foi definido o objetivo geral da ação pastoral da Igreja Católica no Brasil para 91-94, que, sintética e *alvissareiramente*, é a evangelização, a nova evangelização, nova — como acentua o Papa João Paulo II — no ardor, na expressão e nos métodos.

Entretanto, apesar do claro e elaborado objetivo, dos freqüentes apelos do Papa para que os bispos brasileiros privilegiem sua missão espiritual e do inegável fortalecimento da ala conservadora do clero, constatado na acirrada disputa pela presidência da CNBB, a reeleição dos "progressistas", Dom Luciano Mendes de Almeida e Dom Antônio Celso de Queiroz, este para a Secretaria-Geral, bem como a ênfase dada aos assuntos políticos nessa Assembléia, indicam que os rumos da Igreja Católica no Brasil — que, de acordo com todas as pesquisas de opinião divulgadas, continua sendo a Instituição mais confiável para os bra-

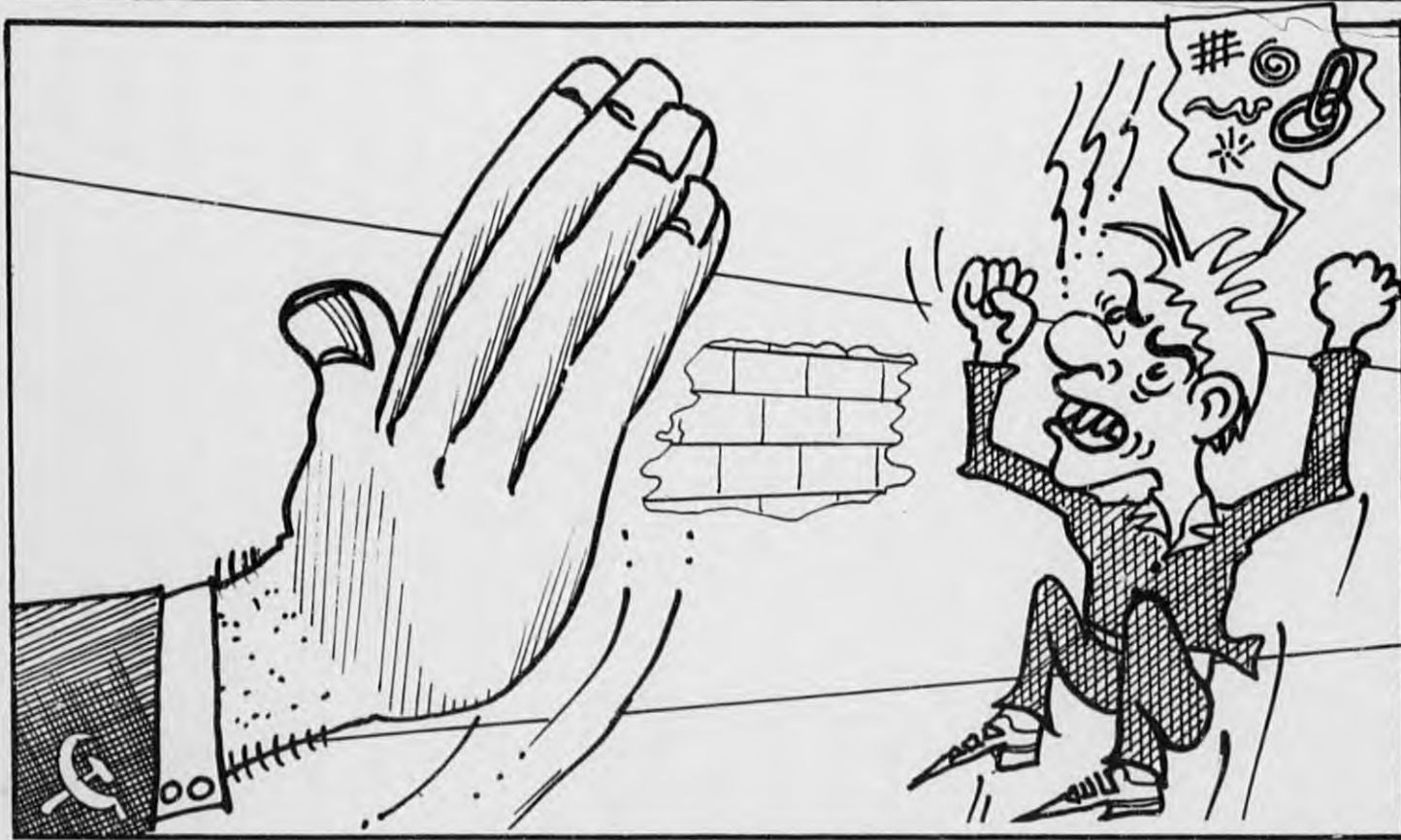


sileiros — tendem a não sofrer modificações no próximo quadriênio.

Assim, é de se esperar que a parcela "progressista" da Igreja Católica continue privilegiando a ação político-social — calcada em teses marxistas como a da Teologia da Libertação e instrumentalizada, principalmente, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nas Pastorais da Terra, Operária e da Juventude —, em detrimento do papel espiritual e evangelizador, moldado nos cânones tradicionais.

CONFIDENCIAL

Gen Mendes



Grevismo que destrói

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), braço sindical do Partido dos Trabalhadores (PT), alardeou sem qualquer originalidade, sua velha intenção revolucionária de tentar parar o Brasil. Desta vez, nos dias 22 e 23 de maio de 1991.

Apesar de o PT afirmar — e o faz no mais puro e ultrapassado estilo marxista — que não tem nada a ver com a CUT, curiosamente, a maioria dos integrantes dessa Central Sindical, além de exibir e agitar a bandeira vermelha petista, corre para votar nos Encontros Nacionais do Partido. Em sua maioria, além de cultivar o hábito da velha barba à cubana, antiga moda ideológica dos idos sessenta, costuma ostentar orgulhosos, em suas camisetas sindicais, os broches da estrela vermelha do partido, símbolo que, provavelmente, foi inspirado no similar dos comunistas da URSS, China e Coréia do Norte.

Os movimentos grevistas, em volume crescente, que vêm ocorrendo no País, encontram-se em plena sintonia com a visão sectária dos trotskistas que se homiziavam no PT/CUT. São fanáticos que

apostam na ilusão de que será dentro do quadro de uma greve geral que se acenderá o estopim para o início de uma ruptura insurrecional no País.

Acontece que, até hoje, em lugar nenhum do planeta, ocorreu uma queda de regime motivada por um movimento grevista. E o maior prejudicado, diante da insensatez ideológica, é o próprio trabalhador que, além de ser usado como massa de manobra, é induzido, espertamente, a acreditar que existe, no peito dos "líderes marxistas" que se arvoram de "gurus sindicais", um "patriotismo grevista". O mais grave é que esse "patriotismo" é incapaz de respeitar o direito alheio. Ignoram a lei e os serviços essenciais. Condenam à morte quem necessita de serviço médico em suas rotineiras greves; negam a luz elétrica, cujos geradores e torres de transmissão são criminosamente sabotados; deixam milhares de trabalhadores sem condução, ao sabor de exigências de caráter eminentemente político; negam à população o combustível que move o País; negam o ensino para os estudantes,

prejudicando-os na própria formação, pela não-reposição das aulas paradas e pelo proselitismo socializante a que são diariamente submetidos.

Os brasileiros, por sua índole pacífica e ordeira, estranham e desconfiam dos "patriotas grevistas". Apesar disso, muitos trabalhadores são forçados a participar de movimentos como o realizado no mês de maio, para não sofrerem perseguições das mais variadas naturezas, desde as de caráter moral, até as agressões físicas. E, com medo, silenciam sobre esta violência.

São os "patriotas grevistas" aqueles que mais exploram os vocábulos democracia e liberdade. Esquecem-se que também são filhos de um grande País e que a ideologia importada, que persiste em suas cartilhas, conseguiu causar a desgraça e a infelicidade de milhares de pessoas no Leste europeu. O patriotismo que efetivamente o Brasil necessita deve ser baseado no trabalho árduo e dedicado, que somente constrói e, jamais, no grevismo artificial e ideológico, que somente destrói.

RPM nº 04/91 — FI 07/10

CONFIDENCIAL

Tumultos, quebra-quebras e saques: movimentos espontâneos ou deliberados?

O Largo 13 de Maio, na Zona Sul de São Paulo/SP, palco de inúmeras manifestações contra o Governo, tem sido cenário de protestos e tumultos com quebra-quebras e saques, que suscitam, no momento, as mais eloquentes polêmicas sobre a questão da violência de massa.

As causas dessas manifestações, seguidas de violência, têm nas lides estudiosas dos fenômenos sociais explicações sociológicas que justificam o comporta-

mento do ser humano ante uma situação desfavorável de "miséria, desemprego e falta de perspectiva" vivenciados.

Dentro desse enfoque, consideram que os quebra-quebras são reações de protestos que revelam a impotência e a incapacidade daquele grupo social de vislumbrar qualquer ação mais organizada, mais inteligente, para sair daquele quadro de marginalização.

Outros acreditam que naqueles fenômenos exista uma forte

componente de protesto político — uma questão de justiça social. Porém, afirmam que apenas a situação de pobreza não justifica a adesão a atos de violência dessa gravidade.

Existe, também, corrente que defende a espontaneidade do movimento, conseqüente ao ambiente de pobreza reinante, potencialmente "explosivo", agravado, ainda, pela presença considerável de migrantes nordestinos desempregados que habitam aquele bairro.

Essas razões nos parecem, até certo ponto, convincentes, sob a ótica do entendimento do fenômeno social. Por outro lado, não se pode descartar a possibilidade de estarmos diante da ação deliberada de um movimento organizado, com a clara intenção de tirar proveito de uma situação adversa, em particular as precárias condições dos transportes coletivos na área. Destarte, o testemunho de moradores do Largo 13 de Maio, sincero e desprovido de qualquer conotação político-ideológica, vem ratificar de maneira oportuna essa possibilidade, ao detectar nos tumultos a presença de agitadores armados com pedras, que não se acham facilmente no bairro.

Há que se destacar, também, sob esse prisma, a localização naquele Largo, das instalações do Comitê do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e da sede do Sindicato dos Químicos, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e muito atuante na região.

Por fim, não nos basta entender os aspectos políticos e sociológicos do comportamento humano, como justificativas científicas à violência de massa, mas nos colocarmos atentos e alertas frente à possível manipulação dessas camadas marginalizadas, por parte das Organizações de Esquerda (OE). Sob o manto da pobreza e da miséria, explorando as insatisfações da população, as OE entendem ser este um campo fértil para a aplicação de suas "bandeiras de luta e palavras de ordem", objetivando, habilmente, inserir o componente político-ideológico nesses movimentos, para tê-los como instrumento de contestação à ordem institucional vigente.



CONFIDENCIAL

Gen Mendes

A guerra ecológica

A campanha pela livre navegação na Bacia Amazônica, levada a cabo em meados do Século XIX, o projeto do "Grande Lago Amazônico", apresentado pelo Instituto Hudson (EUA), na década de 60, com a finalidade de preservar o seu potencial para o usufruto das gerações futuras, e as atuais teses científicas, com que se relacionam fenômenos da região ao efeito estufa, à manutenção do regime hídrico mundial e à conservação da diversidade biológica, permitem-nos constatar que a Amazônia sempre atraiu a atenção de outros países.

Ao lado do interesse despertado por seus imensos recursos naturais, de inestimável valor econômico e científico, percebe-se, na atualidade, a existência de movimentos internacionais com flagrante intenção de interferir nos destinos e soluções que se devem dar à Amazônia, escudando-se, invariavelmente, em argumentos da defesa ecológica da terra.

A atuação das Organizações Não-Governamentais (ONG) merece destaque, considerando-se que vários países instrumentam tais entidades para secundar suas atividades diplomáticas, usando-as em favor de seus interesses. Várias destas ONG's, como o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), "The Conservation Foundation" e o "World Wildlife Fund" (WWF), tornaram-se uma caixa de ressonância para o atual quadro de interesses das nações mais desenvolvidas na questão do meio ambiente.

Tais entidades supranacionais, na defesa de interesses indígenas e do meio ambiente, desfrutam de espaço e apoio de órgãos das mídias nacional e internacional, destacando apenas as consequências negativas da exploração das riquezas naturais da Amazônia e os conflitos decorrentes do contato entre o homem civilizado e as comunidades nativas.

O Brasil, por deter a maior parcela da floresta amazônica, tem sido o alvo principal das críticas e pressões internacionais para a sua preservação. Essas críticas têm procurado ressaltar, inclusive, uma pretensa incapacidade brasi-

leira na solução dos problemas ligados à proteção do meio ambiente na região.

Por outro lado, a questão da soberania nacional vem sendo tratada com certo descaso na imprensa das principais potências. A Vice-Presidente do "World Resources Institute", e ex-membro do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, Jessica Tuchman Mathews, escreveu um artigo, onde afirma que a *definição geralmente aceita dos limites da soberania nacional, como coincidentes com as fronteiras nacionais é obsoleta, pois a grande maioria dos problemas ecológicos exige soluções regionais que ultrapassam o que hoje consideramos como prerrogativas de governos nacionais.*

Esta concepção, associada a outras que consideram a Amazônia como "pulmão do mundo" e "patrimônio da humanidade", dá margem à existência de pressões sobre o Brasil, de diferentes naturezas. Propostas como a criação de uma "Fundação para a Conservação Brasileira", cujo órgão diretor incluiria personalidades internacionais, além das exigências de caráter ambiental para a aprovação de novos financiamentos externos, demonstram que o Brasil, já há algum tempo, vem sendo o alvo preferido dessa guerra ecológica conduzida pelos países mais desenvolvidos.

Com a campanha de descrédito do Brasil e de suas autoridades, concernente à preservação ambiental na Amazônia, o País adquiriu uma imagem extremamente negativa no exterior. O nível de emocionalidade que envolve a questão atingiu um índice tão elevado que *até mesmo uma intervenção militar na região foi proposta por um professor da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, durante uma palestra na Escola de Guerra Naval daquele país.* Tal ação seria justificada pela melhoria das relações entre a URSS e os países europeus e a consequente ociosidade dos militares da OTAN no futuro.

Recentemente, nos Estados Unidos, o jornal "The New Federalist", de 18 Fev 91, publicou um artigo intitulado "Bush ameaça o Brasil - Você é o próximo alvo", no qual é criticado o posicionamento

do governo brasileiro em relação a invasão do Kuwait. O artigo insinua a possibilidade de retaliações contra o Brasil, *incluindo até mesmo uma agressão militar.*

Diante desse quadro, urge despertar a consciência da sociedade brasileira para a gravidade do problema. As manifestações sobre uma possível ingerência externa na região, com a utilização até mesmo de efetivos militares para a garantia dos "direitos da comunidade internacional", são argumentos que devem ser usados contra aqueles que questionam o papel e a importância dos militares brasileiros. Ao contrário do que preconizam seus detratores, as Forças Armadas e a sua presença naquela região, constituem fator de dissuasão para qualquer pretensão lesiva à nossa soberania e aos anseios da nação brasileira.





COLETÂNEA

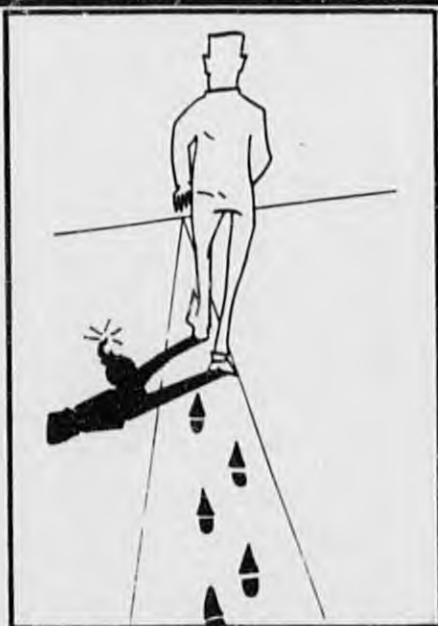
O terrorismo internacional em 1990

Houve 455 ataques terroristas internacionais no mundo, em 1990. Em 1989, o número foi 533. Essa redução de 14,6% foi divulgada, recentemente, pelo Departamento de Estado dos EUA, no seu relatório anual sobre terrorismo.

As principais razões apontadas para a redução foram: 1) maior cooperação entre os países para combater o terrorismo; 2) aumento nas recompensas para pessoas que denunciaram possíveis atentados e 3) a queda de regimes comunistas na Europa.

A queda registrada no número de ataques no ano passado é uma tendência que se repete desde 1988 — quando ocorreram 856 atentados. Também foi menor o número de vítimas. Em 1990, morreram 193 pessoas contra 407 mortas em 1989, todas vítimas do terrorismo.

Apesar da melhora na segurança internacional, o relatório "Patterns of Global Terrorism: 1990 (Padrões do Terrorismo Mundial: 1990) adverte que o perigo ainda existe.



Para efeito de classificação, os EUA definem da seguinte forma os termos 'Terrorismo', 'Terrorismo Internacional' e 'Grupo Terrorista': 'Terrorismo' — violência motivada politicamente e premeditada, perpetrada contra alvos não agressores por agentes subnacionais ou clandestinos, normalmente com o objetivo de influenciar algum tipo de público; Terrorismo Internacional — envolve cidadãos ou o território de mais de um país; Grupo Terrorista — qualquer grupo que pratique ou que tenha um número significativo de ativistas,

que pratiquem terrorismo internacional".

Washington tem uma lista de países considerados "patrocinadores de terrorismo". Este ano, foram listados Cuba, Coreia do Norte, Irã, Iraque, Líbia e Síria. O Iraque foi a novidade, depois de ter sido retirado da lista, em 1982, quando entrou em guerra com o Irã. A Síria, que apoiou os EUA na Guerra do Golfo, foi mantida — mas com a ressalva de ter mostrado "algum progresso".

Dos 455 atentados classificados como "Terrorismo Internacional" pelos EUA em 1990, o maior número (162) ocorreu na América Latina.

Os 162 atentados foram classificados como "terrorismo internacional". Mas o relatório do Departamento de Estado afirma que, "no Peru, das mais de 3,4 mil mortes relacionadas com terrorismo em 1990, apenas seis eram estrangeiros".

No Brasil, não foi registrado qualquer tipo de atividade relacionada a terrorismo internacional em 1990, segundo o relatório do governo norte-americano. Outros países que ficaram fora da lista na região são: Cuba, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. (Folha de São Paulo, de 04 Mai 91).

Deputado denuncia complô contra a Amazônia

O deputado federal Átila Lins (PFL-AM), no programa Tele-Manhã, do dia 11 Abr 91, da Rede Manchete de Televisão, teceu as seguintes considerações sobre a questão das pistas clandestinas na região ianomami: "se havia pistas clandestinas para efeito de garimpagem, é bem provável que essas pistas ainda existam para outros tipos de atuação, ou seja, a da espionagem".

Segundo o entrevistado, "o governador Gilberto Mestrinho afirmou que há indicativo da existência de falsos pastores e falsos missionários, que percorrem a Região Amazônica com marcadores Geiger, procurando minérios".

O mesmo deputado vem denunciando, na Tribuna da Câmara dos Deputados, uma "conspiração internacional em marcha para nos tomar a Amazônia".



Índio Ianomami visita New York

Davi Kopenawa, um dos poucos índios de sua tribo que fala o português, foi aos EUA para um encontro intitulado "A Segunda Semana da Amazônia", evento promovido pela Aliança dos Povos da Floresta. No encontro, o silvícola mostrou o que vem acontecendo com a população ianomami, desde que os garimpeiros invadiram suas terras.

Além das preocupações com a sua hospedagem, foi-lhe oferecido um programa turístico com visitas ao "Empire State Building", à "Broadway", à Quinta Avenida e ao "Time Square". (Folha de São Paulo, de 18 Abr 91).

Tal tipo de tratamento oferecido a Kopenawa Yanomami levou-nos a refletir sobre as reais intenções de entidades de tal natureza.

CONFIDENCIAL

24

DI DUARTE
D

SE 11

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO
(CIE)



RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL

R P M

Nº 06/91

Mês: JUNHO

EXEMPLAR: 440

CONFIDENCIAL

1280
44

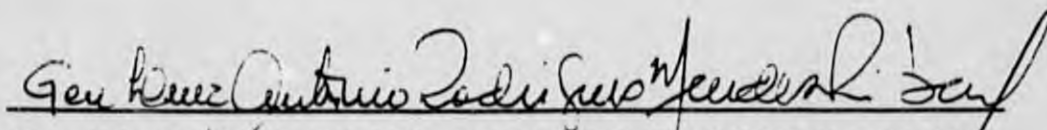
25

CONFIDENCIAL

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL

O Relatório Periódico Mensal (RPM) objetiva apresentar aos Chefes, Diretores e Comandantes uma síntese dos principais acontecimentos, permitindo àqueles que detêm a responsabilidade de decisão um melhor acompanhamento dos fatos, nos diferentes campos do poder, facilitando a ação de comando e a tarefa de orientar os seus subordinados.

Apesar da classificação sigilosa atribuída ao documento (CONFIDENCIAL), é possível a utilização de trechos das matérias apresentadas, visando a atingir os objetivos acima descritos, desde que seja preservado o sigilo da fonte.


Gen Bda LUIZ ANTONIO RODRIGUES MENDES RIBEIRO
Chefe do Centro de Informações do Exército

CONFIDENCIAL

RPM nº 06/91 — FI 01/10

CONFIDENCIAL

Gau Mendes

**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
C I E**

**BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL
Em 15 de julho de 1991**

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL Nº 06/91

ÍNDICE

EDITORIAL..... 03/10
- O Atentado de Guararapes (25 Jul 66)

CAMPO POLÍTICO 04/10
- O Revisionismo Albanês

CAMPO PSICOSSOCIAL..... 05/10
- "MST: Ocupar, Resistir e Produzir"
- No Lixo da História
- 41º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE)
- O Ensino Petista

COLETÂNEA..... 09/10
- A Agitação no Campo
- Amazônia, Missão para as Forças Armadas

DIFUSÃO DO RPM 10/10

CONFIDENCIAL

EDITORIAL

O Atentado de Guararapes (25 Jul 66)

Em 1966, dois anos depois da da Revolução Democrática de 31 de Março, a Nação brasileira empenhava-se em reerguer o País, após o caos dos primeiros anos da década de 60.

Entretanto, uma pequena minoria inconformada, constituída pelos comunistas e pelos corruptos que haviam sido aliados da vida política nacional, procurava reorganizar-se e, de qualquer maneira, expressar seu descontentamento.

A cidade de Recife, em Pernambuco, foi a escolhida para ser o cenário inicial de uma nova forma de luta — o terrorismo — que, por muitos anos, viria a ensangüentar e a enlutar a sociedade brasileira.

O 31 de Março de 1966 amanhecia com sol. O povo pernambucano e as autoridades já estavam reunidos no Parque 13 de Maio, aguardando o início das comemorações do segundo ano da Revolução.

Nesse momento, exatamente às 0847 horas, ocorria violenta explosão no 6.º andar do edifício dos Correios e Telégrafos, onde funcionavam os escritórios regionais do SNI e da Agência Nacional.

Ao mesmo tempo, uma segunda explosão atingia a residência do Comandante do IV Exército.

Mais tarde, seria encontrada uma terceira bomba, falhada, num vaso de flores da Câmara Municipal de Recife, onde havia sido realizada uma sessão solene em comemoração à Revolução Democrática.

Três bombas montadas para, num só momento, atingir personalidades e entidades representativas do governo brasileiro.

Inicia-se a guerra suja.

Entretanto, a bomba falhada no legislativo municipal deveria estar incomodando os terroristas e estar sendo vista como um parcial fracasso de execução.

Assim é que, em 20 de maio de 1966, 50 dias após esse ensaio geral, foram lançados dois "coquetéis molotov" e um petardo de dinamite contra os portões da Assembléia Legislativa de Pernambuco.

A Nação, estarrecida, vislumbrava tempos difíceis que estavam por vir.

Em 25 de julho de 1966, uma nova série de três bombas, com as mesmas características das anteriores, sacode Recife. Uma, na sede da União dos Estudantes de Pernambuco, ferindo, com escoriações e queimaduras no rosto e nas mãos, o civil José Leite. Outra, nos escritórios do Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS), causando, apenas, danos materiais. A terceira bomba, entretanto, acarretando vítimas fatais, passou a ser o marco balizador do início da luta terrorista no Brasil.

Nessa manhã de 25 de julho de 1966, o Marechal Costa e Silva, então candidato à Presidência da República, era esperado por cerca de 300 pessoas que lotavam o Aeroporto Internacional dos Guararapes.

Às 0830 horas, poucos minutos antes da previsão de chegada do Marechal, o serviço de som anunciou que, em virtude de pane no avião, ele estava

deslocando-se por via terrestre de João Pessoa até Recife e iria, diretamente, para o prédio da SUDENE.

Esse comunicado provocou o início da retirada do público.

O guarda-civil Sebastião Tomaz de Aquino, o "Paraíba", outrora popular jogador de futebol do Santa Cruz, percebeu uma mala escura abandonada junto à livraria "SODILER", localizada no saguão do aeroporto. Julgando que alguém a havia esquecido, pegou-a para entregá-la no balcão do DAC.

Ocorreu uma forte explosão.

O som ampliado pelo recinto, a fumaça, os estragos produzidos e os gemidos dos feridos provocaram o pânico e a correria do público.

Passados os primeiros momentos de pavor, o ato terrorista mostrou um trágico saldo de 15 vítimas.

Morreram o jornalista Edson Regis de Carvalho, casado e pai de cinco filhos, com um rombo no abdômen, e o Almirante reformado Nelson Passos Fernandes, com o crânio estacelado, deixando viúva e um filho menor.

O guarda-civil "Paraíba" feriu-se no rosto e nas pernas, o que resultou, alguns meses mais tarde, na amputação de sua perna direita.

O então Tenente-Coronel do Exército, Sylvio Ferreira da Silva, sofreu fratura exposta do ombro esquerdo e amputação traumática de quatro dedos da mão esquerda.

Ficaram, ainda, gravemente feridos os advogados Haroldo Collares da Cunha Barreto e Antonio Pedro Moraes da Cunha, os funcionários públicos Fernando Ferreira Raposo e Ivancir de Castro, os estudantes José Oliveira Silvestre e Amaro Duarte Dias, a professora Anita Ferreira de Carvalho, a comerciária Idalina Maia, o guarda-civil José Severino Pessoa Barreto, além de Eunice Gomes de Barros e seu filho, Roberto Jonas de Barros, de apenas seis anos de idade.

O acaso, transferindo o local de chegada do futuro Presidente, impediu que a tragédia fosse maior.

O terrorismo indiscriminado, atingindo pessoas inocentes e, até, mulheres e crianças, mostrou a frieza e o fanatismo de seus executores.

Naquela época, no Recife, apenas uma organização subversiva, O Partido Comunista Revolucionário (PCR) defendia a luta armada como forma de tomada do poder.

Entretanto, nunca foi possível determinar, exatamente, os autores dos atentados. Não havia, ainda, no País, órgãos de segurança especializados no combate ao terror.

Hoje, os terroristas daquela época, arvorando-se em "heróis" libertários, afirmam que o que fizeram foi uma reação à "violência" do Governo Brasileiro. Intencionalmente, procuram deturpar a História e levar ao esquecimento as vítimas que causaram em sua sãna fratricida, dentre elas, as de 1966.

Passaram-se 25 anos.

Mas as bombas de Recife e o atentado de Guararapes não podem ser esquecidos.

CAMPO POLÍTICO

O Revisionismo Albanês

Quando, no dia 31 Mar 91, o Partido do Trabalho da Albânia (PTA) venceu as primeiras eleições multipartidárias desde 1944, os comunistas tupiniquins do Partido Comunista do Brasil (PC do B) regozijaram-se com essa vitória e proclamaram que o resultado demonstrava, claramente, que os seus amigos albaneses não haviam rejeitado o comunismo e nem repudiado o partido comunista, a exemplo de outras nações do Leste Europeu.

Cumpramos lembrar que, para esse pleito, os partidos de oposição, após sua organização em Dez 90, tiveram apenas três meses para difundir seus programas. Considerando-se as dificuldades inerentes a um país onde a maioria de sua população encontra-se no campo, e com pouco acesso à informação, essas manifestações perdem sentido, pois, na verdade, os comunistas obtiveram sua vitória beneficiados justamente pelo maior peso do voto das comunidades rurais, onde muitos eleitores, acostumados ao sistema de partido único durante décadas, sequer tinham noção de que poderiam votar em candidatos de outras legendas partidárias.

Passadas as eleições, verificou-se que o PTA não era nem o mais popular nem o mais influente da Albânia, conforme afirmaram alguns dirigentes do PC do B, pois o gabinete formado inteiramente por comunistas passou a enfrentar manifestações populares de protesto e de descrédito quanto à solução dos graves problemas enfrentados pelos albaneses. A fim de abrir uma possibilidade de solução para a crise, os comunistas renunciaram e formou-se um governo de coalizão com representantes dos partidos de oposição — o primeiro desde a Segunda Guerra Mundial.

Prosseguindo em sua abertura para o Ocidente, a Albânia rea-

tou relações diplomáticas com os EUA e obteve sua admissão na Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), após comprometer-se a continuar no processo de introdução de liberdades políticas e econômicas, já adotadas por outros países da Europa Ocidental.

O PTA, culminando essa onda de revisionismo, durante o seu X Congresso, realizado no período de 10 a 13 Jun 91, em Tirana, decidiu mudar seu nome para Partido Socialista da Albânia. Durante o discurso de abertura do Congresso, seu Secretário-Geral, Xhelil Gjoni, afirmou que:

"A situação em que o país se encontra hoje prova a falência do socialismo. A sociedade está paralisada, a economia destruída e tu-

do isso nos leva a uma conclusão: o modelo de socialismo que escolhemos é um fracasso".

Os dirigentes do PC do B devem estar perplexos com a rápida evolução dos acontecimentos nesse pequeno país europeu cujo regime, por tantos anos, foi seu grande inspirador. Não se sabe, exatamente, o quanto tais mudanças estão influenciando as discussões entre a militância do partido. No entanto, conhecendo-se o radicalismo de alguns de seus dirigentes históricos, é possível até que o PC do B esteja à procura de um novo farol orientador dentro dessa noite escura e tempestuosa que envolve o socialismo como um todo, o que parece uma missão bastante difícil dentro da atual conjuntura internacional.



CAMPO PSICOSSOCIAL

"MST: Ocupar, Resistir e Produzir"

O Sudeste do Pará, onde se destaca o município de Marabá, é por tradição conturbado, em face da ocorrência de conflitos agrários, em especial os artificialmente alimentados.

Área de influência da Guerrilha do Araguaia nos anos 70, continua sendo uma das mais sensíveis para o desenvolvimento de ações de guerrilha rural, até mesmo porque tem certa tradição de luta e resistência pela terra.

Em operação conjunta as Polícias Federal e Militar sediadas em Marabá arrecadaram farta documentação e prenderam, em 17 Jun, sete líderes (todos de outras regiões do País) que estavam organizando e patrocinando invasões de terra em todo o Sul do Pará.

O Delegado Romeu Tuma declarou, baseado na documentação apreendida, que tais líderes do Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) "estão fazendo cursos de guerrilha em Cuba para aperfeiçoarem os métodos utilizados na invasão de fazendas".

O laudo de exame documentoscópico realizado pela perícia da SR/DPF/PA constatou "que o MST,

organização de cunho político, tem como atividade básica arregimentar pessoas, que serão orientadas para serem usadas em invasões de propriedades agrárias de qualquer natureza". Aduz-se a isso o fato de que os documentos e publicações apreendidas da organização revelam uma orientação ideológica claramente marxista-leninista.

Dimas Pereira de Melo, um dos líderes presos, declarou que o "treinamento" em Cuba tratava-se de curso técnico agrícola. Da análise dos certificados em seu nome e de apontamentos existentes nos cadernos apreendidos em seu poder foram constatados manuscritos de aulas com os seguintes títulos:

— "El aporte de La Internacional a la Teoria de La Lucha Proletária;"

— "La Comuna de Paris;"

— "Economia Política (Fundamentación de La Exploración Capitalista);" e

— "Revolucion Social (Conocer La Revolucion Social como Ley del Desarrollo em las sociedades Antagónicas)" o que convenha-

mos não mostra qualquer direcionamento eminentemente técnico-agrícola nos referidos cursos.

O MST expandiu-se com muita rapidez e hoje possui uma estrutura nacional consistente. Tornou-se capaz de manter em escala crescente o movimento que se propõe realizar, buscando atingir a autogestão financeira, demonstrando possuir ideologia própria e formando militantes (quadros) através de cursos ministrados no País e no exterior como Cuba (os diplomas encontrados na documentação corroboram esta assertiva).

O movimento tornou-se independente das Comissões Pastorais da Terra (CPT), às quais esteve vinculado desde a sua fundação. Preconiza, ainda, a construção de um verdadeiro partido revolucionário para conduzir, de fato, o processo da luta armada.

As invasões, nitidamente efetuadas ao arripio da lei, o caráter violento e sectário e a intensa mobilidade de seus militantes impõem cerrados esforços e meios para o acompanhamento das atividades dessa verdadeira OS.



No Lixo da História

Milhares de empregos de trabalhadores brasileiros estão sendo definitivamente transferidos para a Argentina, México e Estados Unidos da América.

Diversas multinacionais, nos últimos meses, anunciaram a redução ou o fim de suas atividades no Brasil. Entre elas, alguns laboratórios farmacêuticos, a Parker, a Pelikan, a Texas Instrumentos e outras indústrias de semicondutores.

Na área automobilística, a Mercedes Benz anunciou que, a partir de setembro próximo, passará a importar o câmbio de seus caminhões da Argentina — desativando o setor de montagem de câmbio no Brasil. Recentemente, a empresa Ford, no ABC paulista, já anunciou a intenção de fechar a sua fábrica de motores e desempregar outros tantos trabalhadores.

Os fatos em si, além de preocupantes, são indicadores de que está se iniciando, no País, uma fuga dos investimentos estrangeiros e que, por isso, milhares de trabalhadores ficarão desempregados.

Aqueles que perderão os seus empregos serão os primeiros a questionar as razões desta evasão das multinacionais. Os que desejarem uma resposta a esta indagação, poderão obtê-la, entre outras razões, junto aos sindicatos controlados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Quem sabe merecerão, até, cumprimentos de "vitória" diante da expulsão dos "capitalistas estrangeiros".

Não há dúvidas de que a CUT, pela insistência, contribuiu e muito para "convencer" todas essas empresas que agora se retiram progressivamente. Seus sindicatos filiados se ufanam como os "verdadeiros" defensores da classe trabalhadora e se intitulam como grandes inimigos do capital estrangeiro e das multinacionais.

De fato, suas greves selvagens que incluem ocupações, sabotagens, depredações de fábricas das multinacionais e, até, eventualmente, o seqüestro de seus diretores, mostram a todos os trabalhadores que eles, realmente, são também grandes inimigos do capital estrangeiro e das multinacionais no País.

Lamentavelmente, os sectários "guerrilheiros" da CUT estão

se esquecendo que, ao invés de "defensores da classe trabalhadora", eles acabaram por se constituir nos seus maiores inimigos. A eles cabe significativa parcela de responsabilidade por este desemprego em massa, motivado pela prática de uma irresponsável ação sindical — prenhe de uma visão míope que, hoje, todos sabemos, se encontra relegada ao lixo da História.



41º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE)

Adiado por quase um ano, por falta de motivação e organização interna, realizou-se, no período de 30 Mai a 02 Jun 91, nas dependências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o 41º Congresso da UNE.

O evento reuniu aproximadamente 3.500 participantes, entre representantes universitários de vários Estados, observadores, lideranças políticas e sindicais e personalidades ligadas à educação.

A mesa diretora, coordenada pelo presidente da UNE, Cláudio Langone (UNE/RS), contou com as presenças, entre outras, das seguintes figuras exponenciais de partidos de esquerda, movimentos populares e organizações subversivas:

- José Rainha Júnior, da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Rovilson Brito, coordenador Nacional da União da Juventude Socialista (UJS)/Partido Comunista do Brasil (PC do B), Hamilton Lacerda, do Diretório Regional/SP do Partido dos Trabalhadores (PT), José Renato Rabelo, da Direção Nacional do PC do B, José Pimenta, do Comitê Central do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Manoel César, coordenador da juventude do Partido de Libertação Proletária (PLP) e Jamil Murad, Deputado Estadual do PC do B/SP.

O acontecimento buscou, como marco principal, a reestruturação do Movimento Estudantil, na tentativa de resgatar a identidade perdida, direcionando-o, nos anos 90, a tornar-se mais um fórum de contestação aos problemas brasileiros e ao próprio programa de governo, mascarando, nas lutas estudantis, o componente ideológico, conforme palavras de Magno de Carvalho, Coordenador de Administração da Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA): "...esperava que o Congresso se transformasse num marco histórico da organização estudantil e na luta maior do trabalhador



brasileiro — a Revolução Socialista”.

O Congresso, que deveria pautar-se por apresentar sugestões e propostas direcionadas para os graves entraves educacionais por que passa o Brasil no final do século XX, caracterizou-se por posicionamentos radicais e contestatórios, sob forte conotação política e ideológica, aprovando teses, por votação maciça dos participantes, que pouca ou nenhuma contribuição traz para a melhoria do ensino no País.

Foram aprovadas as teses a seguir transcritas:

Campanha de Solidariedade à OLP; retirada das Forças do Golfo Pérsico; solidariedade ao Povo Cubano; apoio à Autodeterminação dos Povos; considerar o Sionis-

mo como Prática Racista; defesa da Reforma Agrária; não pagamento à Dívida Externa; campanha contra a Pena de Morte; aplicação de 25% do Orçamento da União na Educação; contra a Privatização; contra a Violência no Campo; contra o Serviço Militar Obrigatório — desencadear campanha nas Universidades.

Com a atuação dinâmica de universitários comprometidos com dogmas socialistas, em meio à desorganização administrativa do Congresso, onde não faltaram, devido à promiscuidade das salas de aula transformadas em alojamentos, sexo e drogas, foram apresentadas três chapas concorrentes à direção maior da UNE.

A vencedora, coligação do PC do B, PCB, MR-8, PSDB, PSB e PDT, elegeu Patrícia Trindade D'Angelis, estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), presidente da entidade, com aproximadamente 44% dos votos.

A segunda chapa, composta por coligações das tendências internas do PT, aí incluídas as radicais trotskistas — Articulação, Democracia Socialista, Nova Esquerda, Força Socialista, Movimento por uma Tendência Marxista —, obteve aproximadamente 41% dos votos.

A terceira chapa, cisão interna do PT, reunia a Convergência Socialista, o Trabalho na Luta pelo Socialismo, o Partido da Libertação Proletária e os Independentes, conseguiu aproximadamente 14% dos votos.

Como conclusão, pode-se afirmar que nada mudou. O PC do B e o PT continuarão a comandar os destinos dos universitários, através de estudantes comprometidos ideologicamente e, utilizando o segmento estudantil brasileiro num consistente trabalho de massa, em direção ao seu objetivo maior — transformação da sociedade atual em uma outra, dita “igualitária, justa e sem classes — socialista”.

O Ensino Petista

Após dois anos e meio à frente da Secretaria de Educação do Município de São Paulo, retirou-se das funções o Professor Paulo Freire.

O fragor da queda e os ecos que ainda repercutem, abafaram as vozes de todos aqueles que acreditaram na "educação libertadora" do método Paulo Freire.

Segundo o *Jornal O Estado de São Paulo* "tudo permaneceu exatamente igual, na mesma comprometida realidade de sempre: ineficiência quanto aos resultados qualitativos, incapacidade de dobrar as resistências burocráticas e de oferecer conquistas quantitativas, minimamente significativas, que de fato atendessem às necessida-

des educacionais dos filhos dos paulistanos que pagam impostos".

O educador Paulo Freire passou pelo comando da educação dos paulistanos — como disse o presidente do sindicato dos professores municipais — "sem deixar marca própria".

E o que é educar para Paulo Freire? "Educar é conscientizar, e o objetivo da educação é possibilitar que as pessoas aprofundem a tomada de consciência. É um compromisso político que conduz à luta de classes, porque só há conscientização se de sua prática surge a ação dos oprimidos, enquanto classe social explorada, em sua luta pela libertação".

A libertação que essa educa-

ção propugna é a libertação das estruturas de oposição, por meio da luta de classes, objetivando chegar, através de uma transformação contínua, em uma nova sociedade.

Como integrante do "Grupo de Trabalho da Comissão Nacional do Partido dos Trabalhadores para Educação", Paulo Freire sintetizava as idéias que o PT pretendia para o futuro dos brasileiros.

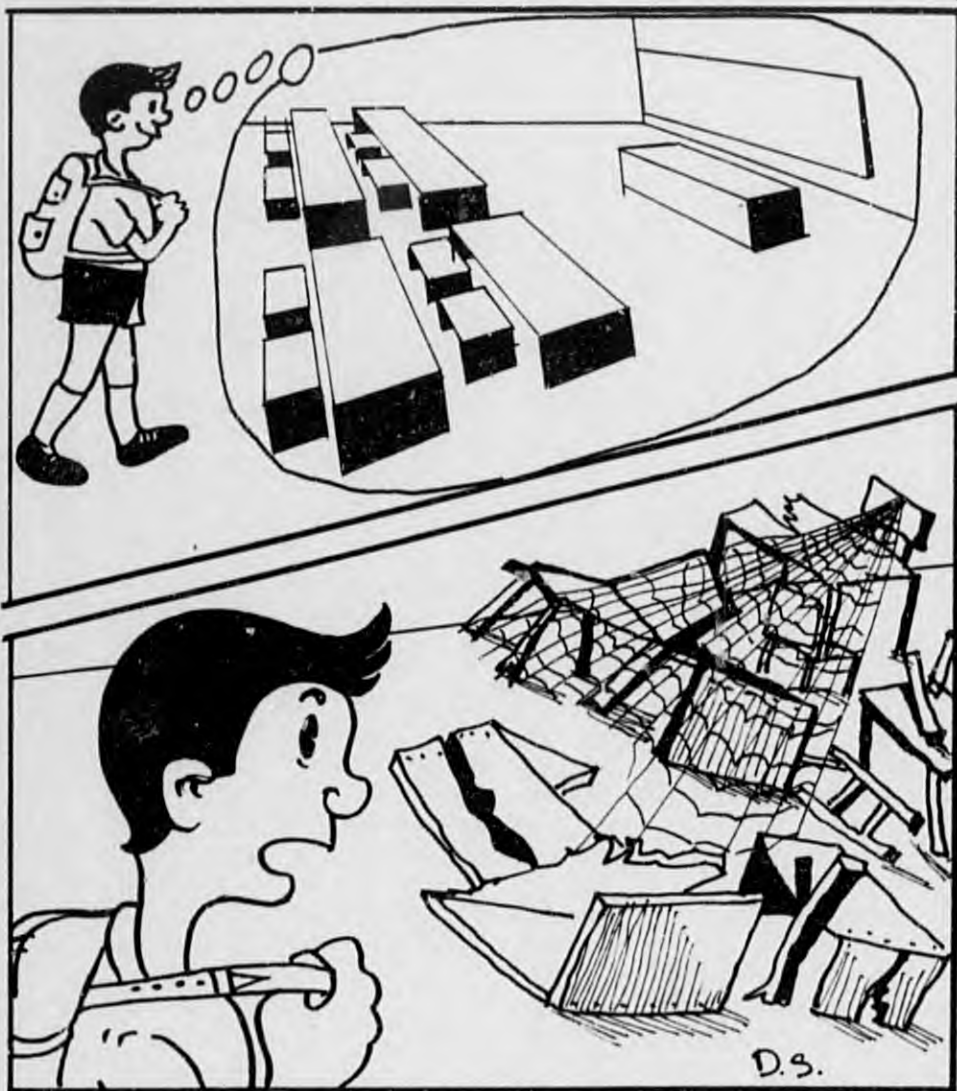
No período em que esteve à frente da Secretaria com os professores fazendo as mesmas reivindicações, com o Estatuto do Magistério sem sair do papel, com as escolas com problemas sérios de manutenção, a "Educação Libertadora" mostrou-se tão ineficaz quanto a administração petista de São Paulo.

Na verdade, as modificações aplicadas ao ensino limitaram-se aos adjetivos. Criança não podia ser chamada de "carente", tinha que ser "criança popular"... exames médicos para Educação Física foram vetados porque, enfim, a ciência médica podia estar vitimando as "crianças populares" com preceitos e preconceitos burgueses. "Faltaram, no entanto, salas de aulas enquanto sobrou pressão por identidade ideológica".

A questão dos altos índices de evasão, a absorção pelo ensino primário de toda a população em idade escolar e outros problemas estruturais, sequer chegaram a figurar entre suas preocupações maiores.

Nesse contexto, o que salta aos olhos, é a natureza política do processo educativo petista. E a questão fundamental, no momento, é levantar com clareza os danos causados pelo "salvador educacional" no ensino público municipal. Contra quem e contra o que o PT desenvolve a sua atividade política, a favor de quem e do que realiza seu processo educacional?

"Tudo indica que o professor Paulo Freire era mais ator de um velho "script" do que um sinalizador do futuro".



Gen Mendes



COLETÂNEA

A Agitação no Campo

O delegado Romeu Tuma declarou que líderes do Movimento Nacional dos Trabalhadores sem Terra "estão fazendo cursos de guerrilha em Cuba para aperfeiçoarem os métodos utilizados na invasão de fazendas".

Seja como for, é bom ficar de olho. O regime cubano está condenado a perecer sob a onda de liberalismo, por motivos que são do conhecimento de todos. Mas há por aí castristas dos mais variados matizes, desde os que se alinham entre os americanófilos até aqueles que vêm na ditadura castrista o instrumento de escol para assegurar a justiça social.

Assim, o comunismo cubano, em seus estertores, ainda tem a apoiá-lo duas facções: a interna,



composta dos que programam e ministram cursos como o de que trata este comentário, e a externa, dos adeptos do quanto pior, melhor, dispostos a aprender como criar a cizânia e fomentar a subversão, contanto que se combata a propriedade, o capital, a liberdade, a ordem, etc.

Não falta, no Congresso, quem busque inverter posições e demonstre sua contrariedade com a Polícia Federal, acusando-a de, para saber o que o Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra está tramando, violar o sigilo de correspondência e censurar ligações telefônicas. Essa discussão, se aberta, levará à outra: a de saber até que ponto a democracia pode agir para defender-se dos inimigos da ordem e da liberdade. (O Estado de São Paulo, de 27 Jun 91).

Amazônia, Missão para as Forças Armadas

Com este título, o autor Luiz de Almeida Nogueira Porto, embaixador aposentado, no jornal "O Estado de São Paulo", edição de 10 Jul 91, defende a necessidade das Forças Armadas, enfatizando seu papel na Região Amazônica.

Em seu artigo, ressaltam-se as seguintes afirmativas: "A Amazônia é uma imensa fronteira política e econômica desguarnecida. Fronteira morta pela ausência de populações lindeiras, exposta, assim, a toda sorte de intrusos indesejáveis".

"Existe, entretanto, na preservação da Amazônia, um autêntico interesse nacional para cuja satisfação os recursos materiais, técnicos e humanos requeridos se revelaram fora do alcance das entidades da administração civil tituladas para implementá-lo. Desses recursos dispõem as Forças Armadas. Por isso, confiar-lhes essa missão guardiã importa no meio

viável de corrigir os problemas políticos da região."

"A magnitude do empreendimento está à altura das corporações militares, cuja presença na Amazônia, aliás, já se manifesta por intermédio da Operação Calha Norte."



"Afora aqueles recursos, o mero efeito intimidatório da participação dos militares, somado ao prestígio e autoridade moral de que desfrutam, bastaria para esgarçamento de indesejáveis invasores."

"Além desse resultado, outro deve ser levado em conta: promover mais íntima integração das Forças Armadas na vida da sociedade civil e seu conseqüente fortalecimento no campo interno e no exterior. Além do mais, é fácil avaliar o impacto de tal medida na preservação da Hileia e das populações indígenas, e seu reflexo na recuperação da desgastada imagem do Brasil."

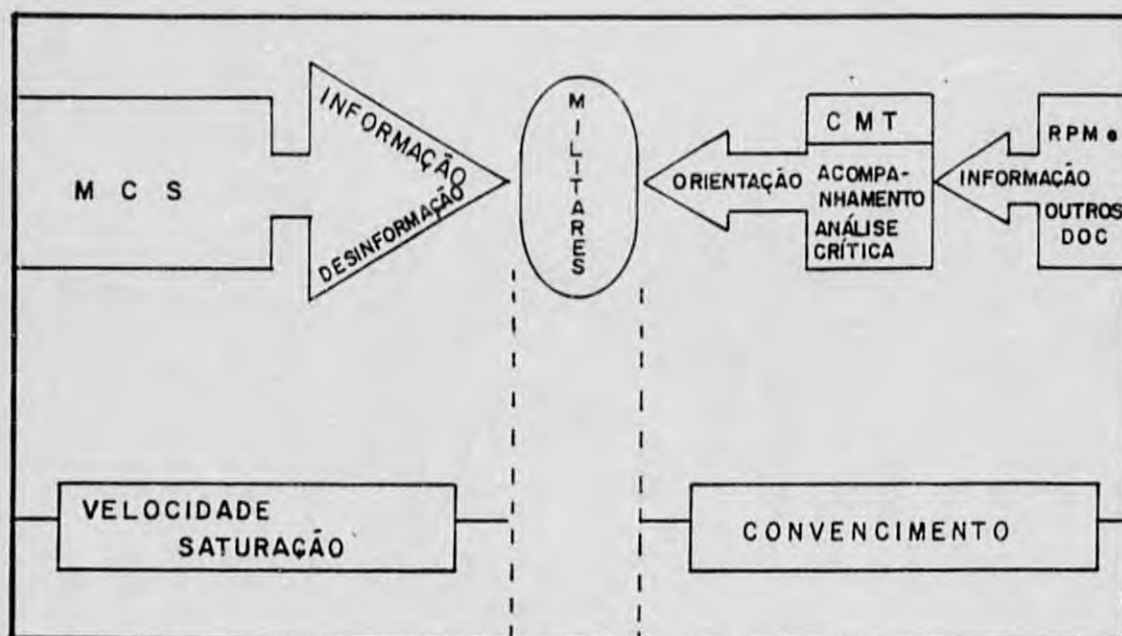
No momento em que alguns segmentos da sociedade "discutem" a necessidade e o papel de nossas Forças Armadas, é importante verificar, na Mídia, manifestações que destacam exatamente seu valor moral e sua importância para o País.

DIFUSÃO DO RPM

Considerando que os integrantes de nossas Organizações Militares participam, compulsoriamente, de uma Sociedade de Informação, percebe-se que o bombardeio de mensagens diárias conduzido pelos Meios de Comunicação Social (MCS) dificulta uma análise adequada dos fatos, dados e outros elementos veiculados.

Neste contexto, não raro são utilizadas técnicas de desinformação pelos manipuladores da opinião pública, com o objetivo de gerar emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução de seus objetivos específicos.

Com vistas a neutralizar tais efeitos adversos, sugere-se a difusão mais ampla possível das informações contidas neste relatório, preferencialmente, através de sua leitura (comentada) nas reuniões de Oficiais e Praças.



CONFIDENCIAL

30

DI
SEI

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO
(CIE)



RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL



Nº 07/91

Mês: JULHO

EXEMPLAR: 440

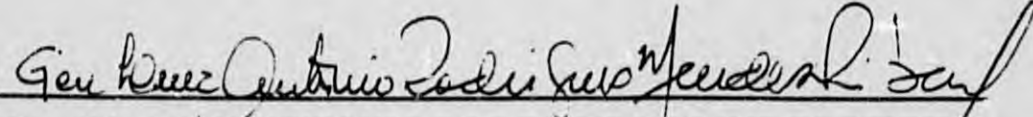
CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL

O Relatório Periódico Mensal (RPM) objetiva apresentar aos Chefes, Diretores e Comandantes uma síntese dos principais acontecimentos, permitindo àqueles que detêm a responsabilidade de decisão um melhor acompanhamento dos fatos, nos diferentes campos do poder, facilitando a ação de comando e a tarefa de orientar os seus subordinados.

Apesar da classificação sigilosa atribuída ao documento (CONFIDENCIAL), é possível a utilização de trechos das matérias apresentadas, visando a atingir os objetivos acima descritos, desde que seja preservado o sigilo da fonte.


Gen Bda LUIZ ANTONIO RODRIGUES MENDES RIBEIRO
Chefe do Centro de Informações do Exército

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Gen Mendes

**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
C I E**

**BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL
Em 20 de agosto de 1991**

RELATÓRIO PERIÓDICO MENSAL Nº 07/91

ÍNDICE

EDITORIAL..... 03/12

- A Questão Indígena

CAMPO PSICOSSOCIAL..... 05/12

- Ocupação de Suape: Alerta Vermelho no Nordeste

- A Ditadura Sobre o Proletariado

- A Crise do Comunismo e as Instituições Militares

ÁREA EXTERNA 09/12

- A Crise Soviética

COLETÂNEA..... 11/12

- Estratégia de Guerrilha

- As Esquerdas Inauguram o Terror: no Recife o Primeiro Crime

DIFUSÃO DO RPM 12/12

CONFIDENCIAL

EDITORIAL

A Questão Indígena

A Questão Indígena no Brasil, particularmente a partir da década de setenta, vem-se constituindo em tema bastante controvertido, fruto das posições divergentes e muitas vezes tendenciosas de diferentes grupos, nacionais e estrangeiros, com interesse nesse assunto. Essa situação tem contribuído para retardar a solução do problema em bases racionais, como também acarretado, fruto de sua manipulação, desgastes para a imagem do País, em particular no exterior.

Os principais aspectos da Questão Indígena, motivo de controvérsia, são os seguintes:

— integração do indígena à comunidade nacional (brasileira) ou, ao contrário, sua não integração, mantendo-o em sua atual situação sócio-cultural e econômica;

— definição (extensão, configuração e localização) das terras a destinar aos diferentes grupos indígenas e sua conseqüente demarcação; e

— exploração das potencialidades e riquezas em terras indígenas.

A discussão em torno desses pontos tem assumido contornos conflitivos, em virtude das colocações desses diferentes grupos de pressão, os quais muitas vezes buscam sobrepor os "interesses dos indígenas" aos legítimos interesses nacionais.

Não se conhece, com precisão, a população indígena brasileira. As avaliações existentes (FUNAI) indicam cerca de 200.000 índios, espalhados em mais de 500 áreas e compõem inúmeros grupos indígenas, com distintos graus de contato com a população envolvente (graus de aculturação).

Desse efetivo, significativa parcela está concentrada na Amazônia e em grande parte na faixa de fronteira. Essa área, em particular aquela situada ao Norte dos rios Solimões — Amazonas, é comprovadamente rica em recursos minerais, possui pujante riqueza vegetal e elevado potencial hidrelétrico. E, curiosamente, são os indígenas dessa região, com especial ênfase para o grupo



Yanomami, aqueles que vêm merecendo o maior interesse desses grupos, com destaque para a CNBB, o CIMI, Missões Evangélicas, Grupos Ecológicos, CCPY, etc.

Propugnam pela demarcação de extensas áreas indígenas, pela preservação ambiental dessas áreas, pressionando, inclusive, contra a abertura de rodovias, construção de hidrelétricas, etc, tudo "em defesa dos indígenas e de seu habitat", protegendo-os do contato com o civilizado (brasileiro) e preservando seus costumes, sua cultura, etc.

Em defesa de suas proposições acenam com critérios antropológicos, históricos, sócio-culturais, etc, quantificam os efetivos indígenas com números precisos e geralmente elevados, referem-se às funestas conseqüências do contato com a população envolvente, colocações estas que não podem ser aceitas sem a necessária e adequada verificação de sua veracidade e validade.

Em relação aos Yanomamis, lutam pela demarcação de área contínua de quase 10 milhões de hectares, na fronteira com a Venezuela, em cujo território também existe, segundo afirmam, significativo efetivo do

mesmo grupo. A área pretendida, além do vulto exagerado de suas dimensões, constitui, sem dúvida, área de riquezas de inestimável valor mineral, hídrico e florestal, além de sua importância estratégica para a segurança de nossas fronteiras e para o desenvolvimento nacional.

As colocações e teses advogadas por esses grupos chegam, às vezes, ao absurdo do contido na Emenda nº 20714, de 13 Ago 87, apresentada à Constituinte (1987), pela qual as comunidades indígenas seriam consideradas Nações Indígenas, o Brasil, um País plurinacional e pluriétnico, os indígenas isentos do Serviço Militar e as riquezas não-renováveis (minerais) não seriam exploráveis, etc. Essas posições constam da referida emenda apresentada à Constituinte (1987), e entre seus autores estão o CIMI, a Associa-

ção Nacional de Apoio ao Indígena (ANAI/RS), o Movimento de Justiça e Direitos Humanos e a Operação Anchieta (OPAN).

Tal posição, felizmente não incorporada à Constituição, se aplicada aos Yanomamis, representaria risco à integridade territorial nacional, além de garantir que toda aquela riqueza mineral, permaneceria inexplorada, com evidentes prejuízos para o País.

É importante enfatizar que a solução do problema envolve critérios antropológicos, históricos, sócio-culturais, etc, mas envolve, também, e acima de quaisquer outros critérios, os interesses nacionais, com destaque para o seu objetivo maior: o bem comum dos brasileiros.

Assim, que ao indígena se lhe dê a terra estritamente necessária à sua sobrevivência, que essa terra esteja localizada, preferencialmente, em seu habitat natural, que se lhe respeite hábitos, costumes e cultura, que se lhe permita usufruir dos benefícios que o solo de suas terras pode lhes proporcionar. Mas que isto seja feito em bases equilibradas e racionais, sem, de forma alguma, se sobrepor aos legítimos interesses do País, sejam de que ordem forem e que, em ritmo conveniente, esses contingentes humanos sejam incorporados à comunidade à qual, efetivamente pertencem, e não permaneçam, qual guetos ou zoológicos humanos, que interesses, por certo, mesquinhos e muitas vezes inconfessáveis, desejam assegurar para preservar não os índios, mas outros objetivos que não se atrevem a revelar.

Sua integração à comunidade brasileira é impositiva e inevitável, a despeito de colocações e argumentos em contrário; é, no mínimo, mera questão de tempo. É inevitável e sem dúvida lhes será benéfica, bastando que seja conduzida adequadamente. E somos capazes de conduzi-la assim.

A Questão Indígena é um tema de suma importância, objeto de cerrada pressão "humanitária e ambiental", cujo acompanhamento pelo Governo e pela Sociedade brasileira é fundamental para que sua solução atenda às comunidades indígenas, sem comprometer em hipótese alguma, os interesses nacionais.



CAMPO PSICOSSOCIAL

Ocupação de Suape: Alerta Vermelho no Nordeste

Para quem não possui idéia do que venha a ser a ocupação de Suape, hoje rebatizada de "Fazenda dos Trabalhadores", primeiro deve conhecer a sua localização: Dista 35 Km de Recife/PE, situa-se no município de Cabo/PE, encravada em plena zona canavieira, e pertence ao complexo portuário de Suape, onde existiam os engenhos de Arembépe, Conceição Velha e Pindorama.

Na madrugada de 18 Set 89, foi iniciada a primeira fase de uma verdadeira operação militar para a conquista das referidas terras, sob a direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Pernambuco.

Dissimulados entre os líderes dessa ação, encontravam-se experientes militantes de uma organização clandestina, marxista-leninista, autodenominada Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Este grupo de comunistas fanatizados, já em 1986, ocupava as manchetes dos jornais, quando da prisão de alguns de seus integrantes, pela participação de um assalto à agência do Banco do Brasil, situada na Universidade da Bahia, em Salvador/BA. Sem se considerarem criminosos, esses "ativistas" que se declararam, quando detidos, "presos políticos", realizavam "expropriações" para con-

seguirem fundos, visando a manter as suas atividades revolucionárias, na época, já em pleno desenvolvimento nos Estados da Bahia, Goiás, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina.

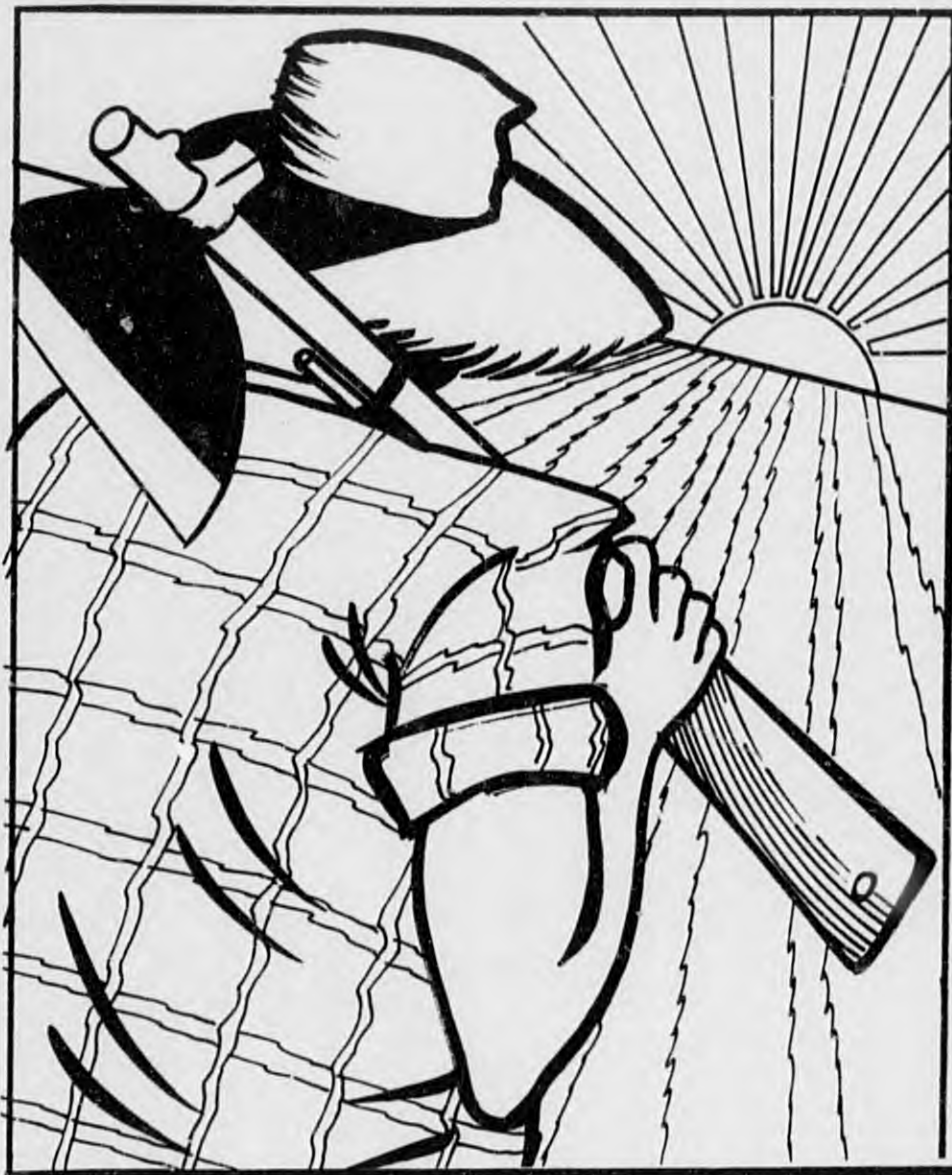
Com apoio político dos principais partidos de esquerda, a "Fazenda dos Trabalhadores" já apresenta razoável produção agropecuária e vem conseguindo se manter, política e economicamente. Hoje, conta com aproximadamente 800 famílias (dados da Associação dos Ocupantes de Suape e do MST de Pernambuco), que legitimam o caráter social desta área "laboratório" para implantação de um movimento revolucionário.

No local, já foram ministradas instruções de guerrilha, técnica e tiro de armas variadas, técnicas de autodefesa, e está sendo implantada uma comunidade afinada com a ideologia marxista-leninista, tão ao gosto dos dirigentes do PCBR, que dominam toda a estrutura lá existente. Estes, por sua vez, "importaram" instrutores estrangeiros (chilenos, nicaraguenses, cubanos e franceses) que, por pequenos períodos, ministraram, em Suape, suas especialidades revolucionárias, dentro de um projeto denominado *Centro de Treinamento e Concentração de Militantes*, criado pela Coordenação Nacional do PCBR.

O PCBR edita uma revista trimestral, denominada "*Brasil Revolucionário*", que em seu número 8, edição de abril/maio/junho de 91, já não esconde a atuação de sua militância na referida área.

Fica bem patente o esforço do MST/PE, através do PCBR, para erigir, em Suape, um verdadeiro instrumento revolucionário, sob a estória da reforma agrária, falso pretexto para a cooptação e treinamento de futuros guerrilheiros rurais.

Cabe um "alerta vermelho" àqueles que, ingenuamente, ainda acreditam no ilusório compromisso do MST para com os "humildes agricultores sem terra".



A Ditadura Sobre o Proletariado

O Comitê Central do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) realizou uma reunião, nos dias 15 e 16 Jun 91, em São Paulo/SP, quando foram abordados assuntos diversos referentes às atividades da organização.

Naquela oportunidade, o seu Secretário-Geral, Cláudio Cardoso Campos, apresentou um informe contendo uma avaliação sobre a situação mundial, no qual são reafirmadas as convicções político-ideológicas abraçadas por seus integrantes.

De acordo com esse documento, a direção do MR-8 considera que *"as idéias científicas de Marx e Engels foram magistralmente desenvolvidas por Lenin e Stalin e conduziram a Humanidade à sua mais avançada experiência em termos de organização política e econômica"*, referindo-se ao processo revolucionário desencadeado na União Soviética, a partir de Out 1917.

Os *"êxitos"* conseguidos pelo regime socialista são explicados pela *"participação dos trabalhadores nas decisões e execução das tarefas do Estado, o que era expressão da mais plena democracia já praticada na História da Humanidade"*.

Verifica-se que tal justificativa é inteiramente descabida, pois a prática da democracia em um regime comunista difere do entendimento que se tem, sobre o assunto, nas democracias ocidentais. Cumpre ressaltar que o centralismo democrático, significando obediência às orientações emanadas do organismo dirigente central, na realidade, não admite contestações nem divergência de opiniões.

Por outro lado, a idéia original de Marx e Engels sobre a ditadura do proletariado — *"instrumento pelo qual a maioria do povo oprime uma minoria e necessário para enfrentar as reações da burguesia, permitindo o advento da sociedade socialista"* — foi, desde a implantação do regime comunista na URSS, implementado pelos líderes soviéticos. Justificando a centralização cada vez maior de poderes nas mãos de uma casta dirigente,

pela necessidade de combate à corrupção e aos inimigos do Estado, este conceito foi bastante modificado sob o regime de Stalin que, exercendo um poder de vida e de morte sobre os cidadãos soviéticos, transformou a idéia original em algo radicalmente diferente do conceito marxista. Pode-se dizer que, em verdade, a ditadura do proletariado, colocada em prática na União Soviética, transformou-se em ditadura sobre o proletariado.

Os dirigentes do "Oito" também criticam a via pacífica como único processo admissível para se realizar a transição do capitalismo ao socialismo. Desta forma, portanto, a organização admite, implicitamente, chegar ao socialismo no Brasil, utilizando-se, inclusive, da violência revolucionária.

A profunda crise vivenciada pela União Soviética é atribuída ao processo de revisionismo inaugurado com Nikita Kruchev, em 1961, e aprofundado pela "perestroika" de Mikhail Gorbachev. O Comitê Central do MR-8 considera,

também, que *"a falência do revisionismo caminha par e passo com a degeneração da economia capitalista, tanto nos países centrais como nos dependentes, criando as condições objetivas e subjetivas para o crescimento da luta revolucionária nos próximos anos, ao mesmo tempo que abre um imenso espaço para a afirmação da ideologia do proletariado, isto é, do marxismo-leninismo"*.

Os ideólogos dessa entidade, ao ignorar ou, simplesmente, justificar a falência dos regimes socialistas pelos *"desvios e erros"* cometidos no passado, demonstram, mais uma vez, como o radicalismo ideológico pode transformar seres humanos em instrumentos de repetição sistemática e monocórdia. A argumentação apresentada pela direção do MR-8 revela, ainda, que o comunismo, embora considerado por muitos como acabado, permanece sendo um objetivo real a ser alcançado por essa e por outras organizações, merecendo, portanto, um permanente acompanhamento e atenção.



A Crise do Comunismo e as Instituições Militares

O comunismo foi, durante cerca de 3/4 de século, um pesadelo na história da humanidade. A ele há que ser creditada a responsabilidade de haver subjugado, sob ditaduras férreas e despóticas, milhões de seres humanos.

Ao comunismo cabe, também, o estímulo à luta entre irmãos, ao radicalismo político e a milhares de atos terroristas praticados, em todo o mundo, por seus seguidores.

O fracasso dos regimes comunistas na União Soviética e nos países do Leste europeu revelou ao mundo a verdadeira face do marxismo-leninismo e a falácia do modelo econômico socialista. Além disso, a busca de um novo patamar nas relações entre a União Soviética e as potências ocidentais, a partir de 1985, com a ascensão ao poder de Mikhail Gorbachev, favoreceu o esvaziamento do conflito ideológico Leste/Oeste, trazendo uma série de consequências. Dentre elas avultam:

- a interrupção da expansão do Movimento Comunista Internacional (MCI), fruto do declínio da União Soviética, seu principal mentor e pólo irradiador;

- a libertação dos países do Leste europeu do jugo marxista;

- a explosão de sentimentos nacionalistas e étnicos que, durante décadas, estiveram sufocados pelo totalitarismo marxista-leninista;

- a reunificação da Alemanha;

- a extinção do Pacto de Varsóvia e o reestudo das funções da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN);

- o alinhamento da União Soviética com seus antigos adversários, evidenciado na guerra contra o Iraque; e

- o fim da longa guerra civil, em Angola.

No continente americano, o declínio do MCI vem-se materializando:

- pela redução do apoio econômico prestado pela União Soviética a Cuba e aos grupos marxistas-leninistas;

- pela conseqüente redução da importância de Cuba, como pólo irradiador do comunismo, em nível continental, com o crescente isolamento do regime de Fidel Castro;

- pela perda do referencial ideológico que a derrota do comunismo trouxe a vários de seus seguidores, na América Latina, deixando-os perplexos diante da necessidade de buscar uma nova identidade;

- pela atual opção dos marxistas-leninistas pela via eleitoral para a chegada ao poder, em detrimento da luta armada; e

- na derrota dos comunistas, em eleições livres e democráticas, nos países da América do Sul e Central.

Em alguns países, entretanto, as organizações subversivas adeptas da luta armada, aparentemente, ignoram esta nova realidade mundial e prosseguem com a sua prática criminoso, procurando impor a vontade de minorias radicais.

Paralelamente, as esquerdas, que visualizam, no momento, a chegada ao poder por meios legais, estão a buscar um modelo próprio de socialismo, "desvinculado" dos tradicionais centros de irradiação do MCI, sem abandonar, contudo, a exploração das desigualdades socio-econômicas, presentes em várias nações latino-americanas, fazendo delas, hoje como ontem, suas bandeiras para a conquista da população carente e seu instrumento para gerar o an-





tagonismo e o ódio entre diferentes segmentos da sociedade, através do estímulo à luta de classes.

Observa-se, ainda, que o declínio do conflito ideológico vem criando, como consequência, um clima de aparente segurança, levando muitos governos a uma apressada redução das medidas de defesa interna, esquecendo-se que as esquerdas jamais abdicarão da tomada do poder.

A essa posição, soma-se a ação de diferentes grupos de pressão que, motivados por interesses inconfessos, tentam enfraquecer e desmoralizar as Forças Armadas latino-americanas, questionando, inclusive, a necessidade de sua existência. Verifica-se, ainda, que esse quadro adverso ocorre em nosso País e naqueles em que as instituições militares constituíram-se no fator determinante para a vitória sobre os grupos revolucionários que praticaram a luta armada nas décadas de sessenta e setenta.

Coincidentemente, as instituições militares de algumas dessas nações sul-americanas vêm enfrentando uma série de dificuldades, a saber:

- intensa campanha adversa por parte de alguns Órgãos de Comunicação Social (OCS);

- o estabelecimento de mecanismos restritivos ao seu emprego, nas ações de defesa interna;

- proposições tendentes à redução de efetivos e à mudança em sua destinação e finalidade; e

- restrições orçamentárias.

Não podemos esquecer que o sucesso contra a subversão e o terrorismo só foi possível, por existirem instituições militares sólidas, coesas e defensoras intransigentes dos valores nacionais. Devemos considerar, ainda, a possibilidade da volta de um radicalismo ideológico, com nova roupagem e revigorado discurso, nas sociedades cujo poder militar tenha sido reduzido e enfraquecido, tornando-

se, assim, insuficiente para garantir as instituições democráticas.

Tal hipótese fica fortalecida com a recente tentativa de deposição de Mikhail Gorbachev, na União Soviética, patrocinada pela reação conservadora dos membros do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), do Comitê de Defesa do Estado (KGB) e do Exército Vermelho, o que chegou a suscitar uma série de dúvidas sobre a evolução da conjuntura internacional.

A forma pela qual procurou-se alijar esse dirigente do poder comprova que, na União Soviética, como em muitos países, permanecem sentimentos arraigados de intolerância política e de apego a métodos stalinistas de manutenção do poder, o que reforça a necessidade de instituições militares em condições de se contrapor às ações de grupos que sejam incapazes de se adequar às regras do jogo democrático.





CONFIDENCIAL

Gen Mendes

ÁREA EXTERNA

A Crise Soviética

Em 19 de agosto último, com o apoio das Forças Armadas e do Comitê de Segurança (Polícia Política) do Estado (KGB), a "linha dura" do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) depôs o Presidente da URSS, Mikhail Gorbachev, interrompendo o processo de liberalização iniciada em 1985.

Assumiu o poder o Vice-Presidente Gennadi Yanayev, comandando um Comitê Extraordinário do Estado de Emergência, composto dos seguintes membros, todos da linha comunista ortodoxa:

☆ Gennadi Yanayev — Engenheiro agrônomo e advogado, assumiu a presidência no lugar de Mikhail Gorbachev. Yanayev, 54 anos, foi escolhido Vice-Presidente do país em dezembro de 1990 pelo Congresso dos Deputados do Povo, após Gorbachev ter pedido sua aprovação. Os deputados reformistas foram contra sua escolha por considerá-lo conservador. Na ocasião, Yanayev disse ser "comunista até o fundo da alma". Em junho deste ano, afirmou em entrevista a uma rádio alemã que apoiava Gorbachev;

☆ Dmitri Yazov — Ministro da Defesa desde 1987, quando substituiu Serguei Sokolov (responsabilizado pelo fato de o sistema de defesa soviético não ter detectado a entrada, no país, do jovem alemão Mathias Rust, que pousou com um bimotor na Praça Vermelha, em Moscou);

☆ Alexander Tiziakov — Presidente da Associação de Empresas Estatais;

☆ Vassil Starodubtsev — Presidente da União de Camponeses;

☆ Boris Pugo — Ministro do Interior, desde dezembro de 1990, chefiou a KGB, na República da Letônia, onde nasceu. Foi encarregado por Gorbachev para lutar contra a corrupção no Partido Comunista;

☆ Valentin Pavlov — Primeiro-Ministro, desde janeiro deste ano. Ex-Ministro das Finanças, tem reputação de não ver

com bons olhos as reformas rumo a uma economia de mercado;

☆ Vladimir Kryuchkov — Chefe da KGB, desde 1988, presidiu uma campanha para dar "face humana" à instituição. Apesar de ter apoiado, publicamente, as reformas de Gorbachev, é considerado um comunista de linha dura;

☆ Oleg Baklanov — Primeiro Vice-Presidente do Conselho de Defesa, que administra o estado de emergência decretado pelo novo governo soviético. Teria liderado o movimento para derrubar Gorbachev.

Segundo o Comitê de Emergência, o Presidente deposto estaria descansando em sua "dacha", na Criméia, tendo sido afastado "por motivos de saúde".

As primeiras medidas do Comitê foram:

— imposição do estado de emergência, por seis meses, em "certos pontos" da URSS;

— formação de um Comitê do Estado de Emergência para governar o país;

— estabelecimento do controle federal sobre a totalidade de poderes e administração do país;

— desmantelamento das estruturas de administração e unidades para-militares "que atuam contra a Constituição e as leis da URSS";

— estabelecimento de censura à imprensa;

— proibição de manifestações e greves, com ameaças de decreto de toque de recolher, em "caso de necessidade"; e

— suspensão das atividades dos partidos políticos e organizações sindicais "que representem obstáculos à normalidade da situação".

A proclamação das medidas emergenciais informa que elas não interromperiam o processo de "profundas reformas". O Comitê anunciou à Nação que o movimento reformista, econômico e político iniciado por Gorbachev entrou "em um túnel sem saída" e um "perigo mortal" paira sobre o país.

Informa, ainda, que a desestabilização da situação política e econômica, na União Soviética, estava minando a posição do país como potência mundial.

Como causas mediatas, poderiam ser apontadas as profundas mudanças políticas e econômicas implantadas por Mikhail Gorbachev na URSS, desde 1985, consubstanciadas na "perestroika" e na "glasnost", que contavam com a desaprovação e o repúdio da "linha dura" ortodoxa do PCUS, da KGB e de alguns chefes militares, dentre outras lideranças. Outra causa está vinculada à onda secessionista que poderia varrer a União Soviética, com repúblicas separatistas rebeldes, autoproclamando suas independências, como as bálticas Estônia, Letônia e Lituânia, as do Cáucaso, Geórgia e Armênia e a Moldávia, comprometendo a integridade nacional da URSS.

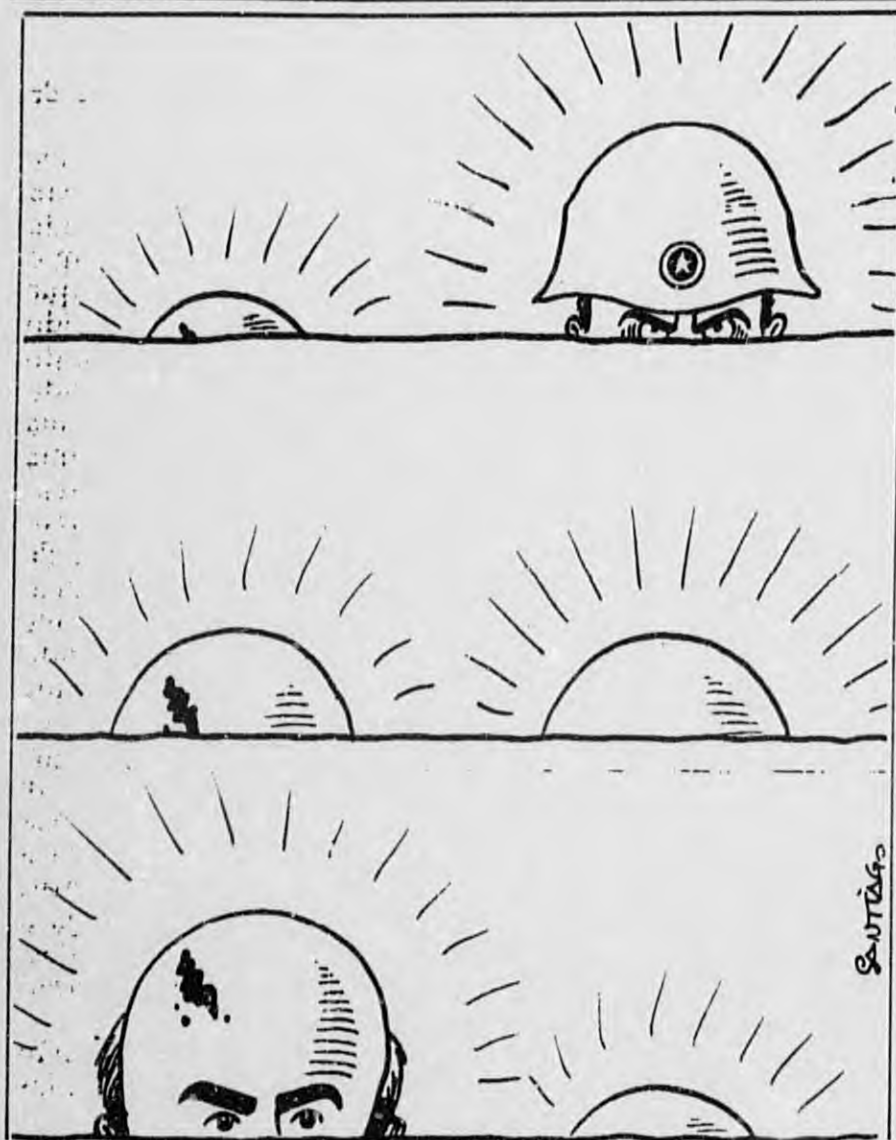
Já como causas imediatas, destacam-se as seguintes:

— o novo *Tratado da União*, cuja assinatura, por Gorbachev, ocorreria no dia seguinte ao da eclosão do Golpe de Estado e que começaria a vigorar na Rússia e em duas repúblicas da Ásia Central, Cazaquistão e Usbequistão. O Tratado, aprovado por nove das quinze repúblicas soviéticas, excluídas as rebeldes, transformaria a URSS numa Confederação de Estados Soberanos e resultaria em profundas modificações das estruturas políticas então existentes;

— a recente saída do PCUS, de Alexander Yakovlev, um dos mentores da "perestroika" e um dos principais assessores de Gorbachev, que inclusive, ao deixar o Partido, denunciou os dirigentes do PCUS de estarem preparando um Golpe de Estado, insatisfeitos com as mudanças a serem introduzidas no Partido;

— a pretensão de Gorbachev em alterar substancialmente a linha ideológica do PCUS, rejeitando o marxismo-leninismo e preconizando o socialismo democrático

CONFIDENCIAL



pró-capitalista; e

— a advertência da cúpula do PC do Exército Vermelho contra as forças anticomunistas que atacam o PCUS e contra toda a tentativa de federalizar as Forças Armadas Soviéticas.

Após a surpresa inicial, os soviéticos gradativamente passaram a reagir às decisões do Comitê de Emergência, liderados de forma decisiva pelo Presidente da Rússia, Boris Yeltsin, que, fazendo do Parlamento Soviético o foco de toda a resistência, eletrizou todas as Repúblicas, conchamando-as à luta.

A investida mais significativa das forças golpistas deu-se, na noite de 20 de agosto, contra o Parlamento, tendo, todavia, se revelado inócua, balizando, a partir daí, o começo do fim, caracterizado pelas defecções de fuga dos integrantes do Comitê de Emergência e a reassunção do poder por

Mikhail Gorbachev.

Concluindo, pode-se afirmar que o fracasso do Golpe de Estado que tentou depor o Presidente soviético Mikhail Gorbachev, um dos mais curtos da História, evidencia, entre outros, os seguintes aspectos:

— além da falta de apoio da população, a manifesta desorganização e ausência de planejamento, caracterizou a atuação dos golpistas;

— a expressiva e imediata reação do povo soviético, principalmente dos moscovitas, liderados pelo Presidente da Rússia, Boris Yeltsin; e

— a igualmente significativa reação da comunidade dos organismos internacionais, como a CEE e a OTAN, que exerceram pressões de toda ordem sobre o Comitê de Emergência.

O impacto sofrido pelo mundo ocidental com a perspectiva de re-

torno da "guerra fria" decorrente da queda de Gorbachev, deverá determinar uma profunda mudança na estratégia de ajuda à União Soviética.

Apresenta-se como óbvia a intensificação das medidas de ajuda econômica à URSS, por parte dos EUA e outros países ricos, a fim de auxiliá-la a superar a crise que atravessa nesse setor.

Provavelmente, também ensejará um reestudo dos cortes previstos para gastos militares e da desmobilização de efetivos das forças integrantes da OTAN.

Evidencia-se o fortalecimento da figura de Boris Yeltsin, Presidente da Federação Russa, cuja corajosa atuação, frente ao golpe projetou-o, politicamente, de forma incontestável, junto ao Ocidente e à própria URSS, dividindo, a partir daí, a liderança soviética com Gorbachev.

Por outro lado, entende-se como prováveis:

— o desencadeamento, com crescente intensidade e maiores chances de serem bem sucedidos, de movimentos separatistas das chamadas "repúblicas rebeldes", particularmente as bálticas, constituindo-se este num dos maiores problemas com que terá de defrontar-se o Presidente Gorbachev;

— a aceleração do processo de retirada das tropas soviéticas estacionadas nos países do Leste europeu, particularmente, na Alemanha; e

— em Cuba, pode-se também prever um sério agravamento da crise enfrentada por Fidel Castro, sobrevivendo, a duras penas, a uma difícil conjuntura econômica.

Finalmente, evidencia-se mais uma vez a importância dos meios de comunicação de massa, os quais, sem sombra de dúvida, constituíram-se em poderoso instrumento para a defesa da democracia.

O grande ensinamento a ser colhido da crise da União Soviética é que a própria pátria do comunismo considerou-o, quer como doutrina, quer como regime político, uma ideologia ultrapassada, sepultando-a, simbolicamente, na Praça Vermelha, ao lado de Lenin, um de seus criadores.



COLETÂNEA

Estratégia de Guerrilha

Os alertas desencadeados em Bagé/RS, sobre a aproximação dos Sem-Terra, acusados também de espalharem o terror, através de notas em rádios e jornais daquela cidade inquietaram a população.

"São cerca de 800 pessoas que sairão há dois dias do acampamento na estrada da Fazenda São Pedro. Chegam amanhã ao centro da cidade e, se ocuparem a praça, o prefeito vai desalojá-los." (Zero Hora, 26 Jul 91).

"Enquanto as autoridades estaduais concentravam sua atenção em Bagé, para evitar que a marcha dos acampados se transformasse numa batalha, a ação sobre a Fazenda Boa Vista era arquitetada e levada a efeito.

A ocupação de uma propriedade privada reconhecida pelo INCRA como produtiva foi uma operação de guerrilha, como o bem classificou o Secretário de Segurança, Adão Eliseu. É típico de guerrilheiros desviar a atenção das forças de segurança com um



Caminhada: colonos devem andar mais um dia até chegar a Bagé

incidente de menor proporção, enquanto perpetuam atentados de maior envergadura.

Mas as provocações não se restringem à invasão. Agora os invasores lançam ameaças inadmissíveis e cavam trincheiras. Dizem que vão matar o gado e arar a terra para pressionar um diálogo. Do primeiro propósito não se pode duvidar, pois a última ocupação deixou um rastro de terra arrasada na Fazenda São Pedro, em Bagé. Quanto a iniciar uma lavoura já é duvi-

doso, pois muitos profissionais da invasão só sabem empunhar ferramentas para brandi-las como armas. Na verdade, o partido dos Sem-Terra é o que mais cresce no Brasil, porque pratica uma concorrência desleal às demais agremiações. Congrega famílias inteiras, garante-lhes sustento provisório, viagens e, ainda, promete um prêmio digno dos baús da felicidade que proliferam entre as pessoas incultas: um imóvel quitado." (Zero Hora, 02 Ago 91).

Almirante Nelson Fernandes, morto no atentado em Recife/PE (aeroporto dos Guararapes).



As Esquerdas Inauguram o Terror: no Recife o Primeiro Crime

"Durante anos o país e sua gente sofreram as amarguras do terrorismo sangüinário promovido por marginais delinquentes — graças às Forças Armadas o terror foi erradicado".

Joaquim J.F. Lagreca

"Com a inversão de valores, recentemente instituída no Brasil, os bandidos passaram a ser heróis e os heróis passaram a ser bandidos. Daí a promoção de marginais sangüinários — como exemplo do criminoso Lampião — e a condenação dos que serviram à Nação e à sociedade.

Quando, em 25 de julho de 1966, os terroristas inauguraram o

terror no Brasil, com o atentado à bomba no Aeroporto dos Guararapes, instalou-se no País o ciclo de ações criminosas revestidas da maior perversidade e sujeitas à impunidade.

Tanto é verdade que o terrorista Ricardo Zarattini Filho, responsável por vários atentados, principalmente no Recife, continua impune, bem co-

mo os autores dos atos terroristas que se seguem: as bombas nos trens da Central e no cinema Azteca, no Rio de Janeiro; o atentado que resultou na morte do empresário Henning Boilesen, em São Paulo; os seqüestros de diplomatas estrangeiros e de empresários brasileiros, resultando em vários mortos; assaltos e roubos a bancos, empresas privadas e estatais; aprisionamento de cidadãos em cárceres privados, trocados por fabulosas quantias, além de massacre de homens, mulheres e crianças, para a consumação dos seus atos.

Acontece que relembrar as ações terroristas, fazendo-as presentes na memória das consciências sadias, é homenagem às vítimas mortas ou mutiladas pelos terroristas sangüinários, bestas-feras fantasiados de seres humanos, criminosos merecedores de severas penas.

Relembrar a tragédia de 25 de julho de 1966, é uma necessidade permanente, a fim de se constatar que seu responsável principal, o terrorista Ricardo Zarattini Filho, e muitos outros, nunca pagaram pelos crimes." (Revista Quadra, nº 127, de Jul/91).

DIFUSÃO DO RPM

Considerando que os integrantes de nossas Organizações Militares participam, compulsoriamente, de uma Sociedade de Informação, percebe-se que o bombardeio de mensagens diárias conduzido pelos Meios de Comunicação Social (MCS) dificulta uma análise adequada dos fatos, dados e outros elementos veiculados.

Neste contexto, não raro são utilizadas técnicas de desinformação pelos manipuladores da opinião pública, com o objetivo de gerar emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução de seus objetivos específicos.

Com vistas a neutralizar tais efeitos adversos, sugere-se a difusão mais ampla possível das informações contidas neste relatório, preferencialmente, através de sua leitura (comentada) nas reuniões de Oficiais e Praças.

